



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA**

**REPRESENTAÇÕES DOS TÉCNICOS DE INTERVENÇÃO  
PRECOCE SOBRE AS FAMÍLIAS E PRÁTICAS DE IP  
EM CONTEXTO RURAL E URBANO**

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa  
Para obtenção do grau de mestre em Ciências de Educação

**-Intervenção Precoce-**

**Maria Gorete Ferreira Xavier**

**2012**



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA**

**REPRESENTAÇÕES DOS TÉCNICOS DE INTERVENÇÃO  
PRECOCE SOBRE AS FAMÍLIAS E PRÁTICAS DE IP  
EM CONTEXTO RURAL E URBANO**

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa  
Para obtenção do grau de mestre em Ciências de Educação

- Intervenção Precoce-

**Maria Gorete Ferreira Xavier**

Sob a orientação do Professor Doutor  
**Francisco Vaz da Silva**

2012

---

---

## AGRADECIMENTOS

---

O estudo que realizei só foi possível devido ao contributo de todos os participantes.

Agradeço primeiramente a todos os profissionais que se disponibilizaram e aceitaram participar nas entrevistas que sustentaram todo este trabalho.

A todos aqueles que me incentivaram a continuar, principalmente os familiares mais próximos, os meus pais, Ilda Ferreira e José Xavier e os meus muitos amigos que foram um incentivo e apoio constante.

Para o José Lameiras que esteve sempre presente em todo este processo e soube respeitar e ouvir os meus lamentos, apoiando as minhas decisões.

Ao professor Doutor Francisco Vaz da Silva meu orientador pelo apoio, orientação e supervisão científica.

E por ultimo obrigado ao meu filho João Pedro por estar perto de mim, nos bons e maus momentos.

---

---

## RESUMO

---

---

O presente estudo visou caracterizar as representações que técnicos de intervenção precoce têm sobre famílias que vivem em meio rural e em meio urbano que recebem apoio das equipas. Foram realizadas entrevistas semi-diretivas, os participantes e entrevistados foram dez docentes com intervenção educativa nas equipas, cinco em apoio direto a famílias de meio rural e cinco a realizar intervenções com famílias de meio urbano.

Deste estudo resultaram vários dados qualitativos que depois de analisados e discutidos, levaram a diversas conclusões que vem dar respostas às questões e problemática iniciais.

As famílias inseridas nestes contextos têm características que as diferenciam; habilitações, recursos, necessidades e comportamentos em comunidade. Tem aspetos culturais que influenciam as suas atitudes, participação e autonomia e são ou não decisivas no desenvolvimento da criança.

Em contexto rural as famílias apresentam um maior número de necessidades comparativamente às famílias de meio urbano. As maiores necessidades das famílias em contexto rural situam-se nas questões financeiras, de formação e apoio técnico e especializado. As maiores necessidades das famílias de contexto urbano situam-se ao nível do fraco apoio familiar e das redes sociais. As necessidades comuns situam-se nas necessidades de informação e promoção da autonomia e competências parentais. As visitas e intervenções domiciliares podem permitir melhorar a identificação das necessidades e recursos das famílias e compreender melhor os critérios de referência de algumas crianças. As oportunidades de aprendizagem são maiores nestes encontros em domicílio, estão presentes em muitos casos, elementos da família alargada, que muitas vezes tem um papel fundamental na educação e estimulação destas crianças.

Os docentes de IP em intervenção em contexto urbano, comparativamente com os docentes inseridos em contexto rural, apoiam famílias que na generalidade abrangem áreas profissionais mais vantajosas financeiramente. Estas famílias terão á partida melhores condições para aceder a mais recursos e apoios. Nos dois contextos existe uma necessidade comum, falta de informação e alguma autonomia e competências parentais em relação ao crescimento das crianças. A realização de

encontros de pais ou criação de grupos de pais que tenham por base a partilha de experiências e informação, estão planeadas mas não são uma realidade nestas equipas.

Nas práticas de qualidade, o profissional deve atuar nos contextos naturais como, a família, ou a comunidade, mas pode incluir também rotinas, brincadeiras, festas etc. cenários que facilitem o dia-a-dia. As famílias têm contextos e rotinas próprias que os profissionais devem identificar, os dados que recolhemos indicam essa necessidade de proceder a avaliação mais atenta das necessidades das famílias. As práticas recomendadas e o enquadramento legislativo são tidos em conta pelos docentes e profissionais das equipas, os recursos documentais são na sua maioria comuns, a todas as equipas participantes, seguindo as orientações e documentos/minutas facultadas pela comissão coordenadora do SNIPI (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância)

Apesar das recomendações teóricas para práticas de qualidade centradas na família, verificamos que estas fazem parte das preocupações destes docentes, mas nem sempre são implementadas. A problemática da criança parece ser ainda o ponto mais importante dos programas e planos de intervenção e mesmo o critério decisivo para delinear a duração e frequência das intervenções, seja em contexto urbano ou rural.

**Palavras-chave:** Contexto; Família; Comunidade; redes de apoio, representações sociais

---

---

## ABSTRACT

---

---

This study aimed to characterize the families of rural and urban areas that receive support from Early Intervention Teams. It has been proposed yet whether professionals IP suit their practices to the characteristics of these families and communities integrated in different cultural contexts. Interviews were conducted semi-directive, participants were ten respondents and teachers with educational intervention teams, five in direct support to families in rural areas and five interventions with families in urban areas. This study resulted in a number of qualitative data that then analyzed and discussed, led to several conclusions that comes to answer the questions and problems early.

The families included in these contexts have characteristics that differentiate them; qualifications, resources, needs and behaviors in the community. Has cultural aspects that influence their attitudes, participation and autonomy and are not decisive in the development of the child. In the rural households have a greater number of needs compared to urban families. The greatest needs of families in rural settings are located in financial matters, training and technical support and expertise. The greatest needs of the urban households are located at the level of weak family support and social networks. Common needs lie in information needs and promoting autonomy and parenting skills. The home visits and interventions may allow improved identification of needs and resources of families and understand the benchmarks of some children. Learning opportunities are greater in these meetings at home, are present in many cases, elements of the extended family, which often plays a key role in education and stimulation of these children. Teachers IP intervention in the urban compared with rural teachers placed in context, support families in general include professional areas more financially advantageous.

These families will have better starting conditions for access to more resources and support. In both contexts there is a common need, lack of information and some autonomy and parenting skills in relation to the growth of children. The meetings of parents or creating parent groups that are based on the sharing of information and experiences are planned but are not a reality in these teams. In quality practices, the professional must act in natural contexts like the family or the community, but may also include routines, jokes, and parties' etc. scenarios that

facilitate the day-to-day. Families have their own contexts and routines that professionals should identify, collect the data indicate that the need for more careful assessment of the needs of families.

Best practices and legislative environment are taken into account by teachers and professional teams, the documentary resources are mostly common to all participating teams, following the guidelines and documents / drafts provided by the coordinating committee SNIPI (National Intervention Early Childhood)

Despite the theoretical recommendations for quality practices family-centered, we see that these are part of the concerns of teachers, but are not always implemented. The issue of child seems to be still the most important programs and plans and even the decisive criterion for delineating the duration and frequency of interventions whether in urban or rural.

**Keywords:** Context, Family, Community, Support networks; social representations

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPITULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	
1. Conceções e Modelos de Intervenção Precoce.....	3
2. Práticas de intervenção centradas na família, ambiente social e comunidade...5	
3. Os contextos e comunidades rurais e urbanas.....	10
4. Práticas de intervenção e enquadramento legal em Portugal .....	13
5. Organização e distribuição das equipas em Portugal.....	21
<b>CAPITULO II- METODOLOGIA DE ESTUDO</b>	
2. Objetivos do estudo.....	23
2. Organização e distribuição das equipas em Portugal.....	24
3. Procedimentos e análise de dados.....	29
4. A entrevista exploratória.....	28
4.1. Entrevistas.....	29
5. Análise de conteúdo.....	31
<b>CAPITULO III- APRESENTAÇÃO E DISCUSÃO DE RESULTADOS.....33</b>	
<b>I. Caraterização das crianças e famílias</b> .....	<b>35</b>
1.1. Habilitações literárias .....	35
1.2. Áreas profissionais.....	36
1.3. Estrutura das famílias acompanhadas.....	38
1.4. Problemática das crianças.....	40
1.5. Necessidades das famílias.....	43
1.6. Recursos das famílias.....	45
<b>II. Práticas de Intervenção das Equipas</b> .....	<b>48</b>
2.1. Domínios de intervenção das equipas.....	50
2.2. Locais de Intervenção.....	53
2.3. Frequência de intervenção com as crianças.....	54

2.4. Frequência dos contatos com a família.....	56
2.5. Participação/envolvimento das famílias nas intervenções.....	58
2.6. Promoção de redes sociais entre famílias intervencionadas.....	59
2.7. Mobilização de serviços para apoio às famílias.....	60
<b>CAPITULO IV- CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>71</b>

---

---

## ÍNDICE DOS QUADROS

---

Quadro 1- Número de equipas integradas no SNIPI.....	22
Quadro 2- Dados biográficos dos docentes entrevistados.....	26
Quadro 3- Dados biográficos comparativos dos docentes participantes.....	33
Quadro 4- Habilitações literárias das famílias .....	35
Quadro 5- Tipo de problemáticas das crianças.....	40
Quadro 6- Necessidades das famílias.....	44
Quadro 7- Recursos e forças das famílias.....	48
Quadro 8- Domínios de Intervenção das equipas.....	50
Quadro 9- Formato dos encontros entre as famílias e os docentes.....	56

---

---

## ÍNDICE DAS FIGURAS

---

Figura 1- Tipologia das famílias.....	39
Figura 2- Locais de intervenção.....	53

## INTRODUÇÃO

A Intervenção Precoce (IP) é uma área de educação e desenvolvimento integrado da criança que está implementado a vários anos em Portugal, e que teve o seu último impulso de desenvolvimento após da publicação do Decreto-lei 281/2009. Este Decreto-Lei, vem criar o SNIPI, Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, visando o equilíbrio e distribuição por todo o território nacional das equipas de intervenção, assegurando a cobertura de mais zonas rurais e expandido as já existentes em meios urbanos, onde estas equipas estavam mais concentradas.

A nova legislação assenta num quadro conceptual de referência e visa um apoio mais integrado e sistémico dos serviços e profissionais em volta do contexto familiar.

A importância dada às práticas de qualidade e a sua avaliação faz parte desses progressos e levanta algumas das questões relacionadas com os contextos em que as equipas de Intervenção Precoce intervêm. As equipas de IP atuam em contextos educativos formais mas também em contextos locais mais íntimos, familiares e específicos. A Intervenção Precoce engloba a participação de múltiplos serviços e profissionais, mas também de organizações e comunidade e todos eles devem ter o seu papel no processo de planeamento e aplicação dos programas.

Ao longo dos anos de serviço na minha atividade profissional enquanto educadora de infância, integrei algumas equipas de IP, que estavam ainda em processos iniciais de composição mas que, tal como agora, estavam inseridas em contextos diferenciados.

Deste percurso surgiu a minha relação com a intervenção precoce e às suas práticas. O meu centro de interesse, decorre dessa experiência e relaciona-se com a compreensão da relação entre as características da comunidade e das famílias apoiadas e os objetivos e estratégias a que as equipas multidisciplinares recorriam.

O presente estudo pretende assim contribuir para a compreensão dessa relação, para esse fim se inquiram profissionais responsáveis de casos de crianças e famílias de meio urbano e de meio rural.

O estudo que agora apresentamos intitulado “Caraterização das famílias e práticas de Intervenção Precoce em contexto rural e urbano”, organiza-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos o enquadramento teórico do estudo, onde se destaca as novas conceções e modelos de Intervenção Precoce e as práticas de referência recomendadas para as equipas. As práticas de intervenção centradas na família, no sistema e ambiente social da comunidade fazem também parte da exposição teórica relativa às práticas de IP.

No segundo capítulo apresentamos a metodologia usada no estudo, com a contextualização da problemática, objetivos e natureza do estudo, assim como a caraterização dos participantes e procedimentos tomados ao longo deste processo.

No terceiro capítulo apresentam-se e discutem-se os dados relativos às representações dos técnicos sobre essas famílias e as práticas implementadas pelas equipas.

No quarto e último capítulo apresentamos as conclusões e implicações deste estudo.

Considerou-se ainda importante e para finalizar este trabalho sugerir algumas propostas para posteriores estudos, já que este estudo de carácter exploratório levou á formulação de alguns problemas que no futuro poderão ser investigados.

*“Os saberes únicos e específicos dos pais são essenciais à educação de infância. Uma parceria eficaz pressupõe o envolvimento dos pais nas estruturas para a infância, a promoção de atitudes enquadradoras das aprendizagens e do desenvolvimento dos filhos, a partilha de informação e de serviços, o apoio à emergência dos poderes dos pais e da comunidade.*

*Reconhecem-se dificuldades no envolvimento de pais de culturas diferentes e limitações logísticas, nomeadamente a falta de tempo por parte dos profissionais para investir de modo eficaz no envolvimento das famílias”*

*(Vasconcelos, 2011, p 11)*

### **1. Conceções e Modelos de Intervenção Precoce**

No início deste capítulo procuramos apresentar a evolução dos modelos de desenvolvimento humano, que influenciam os modelos de Intervenção Precoce atuais. Faremos de seguida, referência às práticas de qualidade recomendadas para a intervenção precoce e a sua implementação em Portugal: Práticas de intervenção centradas na família, no sistema e ambiente social da comunidade.

As Práticas de Intervenção na Infância e os programas desenvolvidos eram numa fase inicial, centrados na criança porque os modelos de desenvolvimento que não tinham em conta os seus contextos e interações. Ao longo do tempo o desenvolvimento da criança foi analisado segundo várias prespectivas, mas foi na segunda metade do século XX que surgem então o Modelo Transacional de Sameroff e Chandler (1975) que considera que *“...o desenvolvimento da criança é visto como um produto de interações dinâmicas e contínuas da criança com a experiência que lhe é fornecida pela família e pelo contexto social mais vasto em que se insere.”* (Bairrão, 2005, p. 5).

O Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano do psicólogo Urie Bronfenbrenner refere o modelo como um *“estudo científico da acomodação progressiva, mutua, durante todo o curso de vida, entre um ativo ser humano em crescimento e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos nos quais a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos nos quais os ambientes estão inseridos”* (Brazelton, 1989: p188). Nestas prespectivas o desenvolvimento humano é visto como um processo dinâmico e em constante construção. O indivíduo participa, interage e reestrutura o meio através de um processo bidirecional.

O modelo Transacional de Sameroff e Chandler (1975) veio assim propor um novo olhar sobre os fatores que influenciam o desenvolvimento da criança, considerando que que *“...o desenvolvimento da criança é visto como um produto de interações dinâmicas e contínuas da criança com a experiência que lhe é fornecida pela família e pelo contexto social mais vasto em que se insere.”*(

Sameroff e Chandler (1975) citado por Bairrão, 2005: p.17). Esta concepção do desenvolvimento justifica que o foco da intervenção dos serviços de IP deixe de ser a criança, para passar a ser a família.

*“ A Intervenção Precoce dirige-se (...) à família, (...) que inclui a criança e, é hoje entendida como uma prática que se baseia numa rede integrada de serviços (...) que dão resposta às necessidades do conjunto da unidade familiar.”* (Almeida, 2004, p. 65)

A prática de intervenção passa a ser centrada na família e esta passa a ser um parceiro importante na estimulação precoce que os profissionais querem implementar com a criança. Esta nova abordagem leva a que a IP modifique também o seu formato de avaliação e planificação. Os profissionais precisam de identificar as necessidades e capacidades da criança mas também das famílias. Passam a observar a criança e família em vários contextos e rotinas. Desta forma poderão responder adequadamente às necessidades da criança e família, para capacitá-los de competências funcionais, que promovam a sua autonomia. As equipas de intervenção que pretendam uma maior eficácia das práticas pedagógicas tem que efetuar melhorias na qualidade de vida da criança e essas passam pela melhoria da qualidade do ambiente familiar.

*“São necessárias igualmente mudanças no ambiente familiar e social da criança, assim como uma visão da complexidade do desenvolvimento para melhores e mais frutíferos resultados de intervenção”.* (Cruz, 2003, p.22)

Esta perspetiva pretende que as práticas sejam cada vez mais abrangentes *“...de intervenção em que se procura atingir uma melhor qualidade de vida para o todo que constitui a unidade familiar. Pretende-se que a família consiga, uma cada vez melhor inserção na comunidade, seja através da utilização dos recursos disponíveis, seja através da constituição de uma rede social de apoio cada vez mais consistente...”*( Almeida, 2004, p.67)

O modelo Ecológico do desenvolvimento vem assim contribuir para uma nova interpretação de todo o processo da intervenção precoce, o papel da família e dos profissionais assim como de todo contexto social.

## **2. Práticas de intervenção centradas na família, ambiente social e comunidade.**

A evolução nas concepções sobre o desenvolvimento da criança e respeito pelos seus direitos motivou uma intervenção educacional cada vez mais precoce e práticas adequadas e de qualidade.

Nestas práticas de referência e qualidade recomendadas às equipas e ajustadas aos novos modelos de desenvolvimento da criança existem fases e dimensões que devemos ter presentes, na avaliação e intervenção dos profissionais.

O fortalecimento teórico dado aos contextos e vivências sociais influenciadas pelo modelo de desenvolvimento bioecológico leva á recomendação de práticas centradas na família como contexto/sistema imediato da criança. A adoção deste princípio tem levado a uma efetiva valorização do papel das famílias tal como indicam os trabalhos realizados por Almeida (em 1999 e 2004) e Pimentel (2005). “...*Realmente as famílias foram assumindo um papel central no IP*” (Pimentel, 1999, p.149)

A investigação de Júlia Serpa Pimentel iniciada em 1999 e concluída em três anos, sobre a avaliação das práticas de intervenção focadas na família usando a EIFF<sup>1</sup>, apresenta nas suas conclusões e reforça a necessidade de “*Fortalecer as redes de apoio da própria família e utilizá-las como principal fonte de apoio na resolução das necessidades*” (Pimentel, 2005: p.239)

Apesar da recomendação e evolução nas práticas, a intervenção passa sobretudo pelos profissionais e as famílias delinear um plano de intervenção que, até então, nem sempre respondia às necessidades da criança e família, registava-se que “...*todo o processo continua centrado na criança, é ela e não a família, o foco da avaliação e intervenção.*” (Pimentel, 2005, p.237)

Para que a família seja o foco e possa participar na intervenção é necessário que os técnicos promovam essa participação e esta é necessária desde logo Para a identificação das necessidades da criança, como refere Miranda (2002)

---

<sup>1</sup> EIFF- Escala de Intervenção Focada na Família, adaptada da escala de intervenção focada na família de Mahoney e O’Sullivan (1990) a primeira para avaliação das práticas de intervenção precoce em Portugal

*“(...)nenhuma outra instituição é tão atenta a todas as necessidades e possibilidades da criança e, ao mesmo tempo, tão integralmente cuidadosa da sua proteção e do seu desenvolvimento, dado que nenhuma outra inclui indivíduos tão estreitamente ligados a ela, como são o pai e a mãe. É esta profunda dependência afetiva, paralela à dependência total da criança, que dá um carácter único ao meio familiar”.* (Miranda, 2002, p.13)

Dunst (1985) outro pressupostos fundamental para a intervenção centrada na família; *“Adotar uma perspectiva em que a família é encarada como um sistema social”*( citado por Pimentel, 2005, p.55)

Nas recomendações formuladas pela NAEYC ( *National Association for the Education of Young Children*) encontramos mais uma das dimensões do desenvolvimento das crianças que deverão ter em conta os profissionais, os aspetos relacionais. *“As relações positivas com adultos significativos e responsivos e com os pares promovem o desenvolvimento individual”* (NAEYC, 2009, p.52 )

Tisot e Thurman, reforçam e acrescentam que *“as famílias deveriam ser fortalecidas no sentido de poderem ser elas a decidir qual o ambiente natural que melhor responde às suas necessidades e às do seu filho, mesmo que este não coincidissem com a opinião do profissional, pois só assim se implementaria uma verdadeira prática centrada na família”.* (Almeida, 2004, p.68)

É consensual que as práticas devem incluir cada vez mais a participação efetiva da família, que corresponda às suas necessidades e recursos. Sendo as necessidades e características das famílias diferentes, serão as práticas das equipas também diferenciadas.

Nas práticas de IP alguns autores defendem que as intervenções *“devem ocorrer nos ambientes naturais, rotinas diárias e nos diferentes espaços, nomeadamente na creche, jardim de- infância e em casa e o apoio na aprendizagem deve ser concretizado de formas diversificadas que incluam experiências de aprendizagem para as crianças com necessidades especiais”* (Dunst e Burder, 2002, citados por Pimentel, 2005, p.84)

A procura de ambientes naturais mas também diversificados onde a criança se movimenta parece essencial nas práticas de intervenção como demonstrou o estudo de avaliação da satisfação das famílias realizada por Cruz ( 2003) em que estas registam *“...uma menor satisfação por parte das famílias cujas*

*crianças estão integradas em ambientes institucionais e cujo apoio do técnico de IP é feito unicamente nesse espaço. Do conjunto das famílias cujo apoio do serviço de IP é feito em exclusivo na creche ou no jardim-de-infância, 20% indica não se sentir ou se sentir poucas vezes à-vontade para falar com os técnicos acerca dos irmãos da criança apoiada e cerca de 36% refere que os técnicos estão pouco ou nada atentos às necessidades dos irmãos da criança. (Cruz, 2003, p. 67)*

A adicionar á importância dadas às famílias, Gornita e Pimentel (2011) no relatório de investigação que realizaram sobre o *projeto de intervenção “O processo de Boas práticas”* vão além da importância central que as equipas devem dar aos contextos familiares e acrescentam a necessidade das equipas olharem para a intervenção numa:

*“...Perspectiva de desenvolvimento comunitário, que conduza a uma participação ativa e democrática da população e a criação de uma solidariedade comunitária e institucional”*(Gornita e Pimentel, 2011, p.6)

A dimensão comunidade aparece cada vez mais como recomendação nas práticas das equipas. “a interação e o envolvimento da comunidade deverá começar logo no início na definição das ideias, na conceção dos projetos, sendo a comunidade encarada como um parceiro (Gornita, 2011, p.7)

Um dos aspetos que emerge desta dimensão comunitária e que as equipas terão em conta no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças são a *“multiplicidade social e cultural dos contextos pois as crianças procuram apreender o mundo à sua volta, aprendem de várias formas e há diferentes estratégias que promovem essa aprendizagem”*( NAEYC, 2009, p.52 )

A comunidade em que a família se insere e as suas características culturais e sociais influenciam as suas atitudes e comportamentos mas ajuda o profissional a compreendê-las melhor. Catarina Tomás refere sobre os Direitos da criança, intervenção precoce e necessidades da comunidade no Conselho Nacional de Educação em 2010, *“Neste sentido é necessário também a mudança de paradigma, uma lógica comunitária de envolvimento e coresponsabilização de todos os parceiros sociais.”* (Tomás, 2010, p7)

As práticas relacionadas com o desenvolvimento da criança olham cada vez mais para a comunidade como um todo em que todos são importantes e tem o

seu papel. A comunidade poderá ajudar as famílias a cumprir melhor o seu papel.

*“As famílias constituem o elemento fundamental no desenvolvimento de crianças saudáveis, competentes e responsáveis. Sugerimos, contudo, que as famílias – todas as famílias – não poderão realizar esta função tão bem quanto desejam se não tiverem o apoio de uma comunidade forte, responsável, pois é o apoio da comunidade que fornece os suplementos formais e informais aos recursos da família. Tal como uma criança precisa de cuidados de nutrição, de estimulação e de recursos que os adultos lhe vão providenciando, também os pais – como indivíduos e como adultos que preenchem determinados papéis socialmente valorizados (por exemplo, o de pais, de trabalhadores) – necessitam dos recursos que lhes sejam facultados por uma comunidade responsável para que possam cumprir esses papéis”.* (Correia & Serrano 2000, p. 21).

Neste processo de construção de boas práticas nas equipas de IP, que estejam integrados todos os sistemas que envolvem a criança é necessário a constituição de equipas pluridisciplinares com base em parcerias institucionais envolvendo vários profissionais (Educadores de infância de IP; Enfermeiros de saúde infantil/cuidados continuados, outros; Médico (s) de família/pediatra (s), outros; Assistentes sociais; Psicólogos; Terapeutas; Ajudantes familiares de IP, e outros)

*“Para a implementação de um programa de IP, a avaliação do desenvolvimento deve determinar um diagnóstico funcional, ser realizada inter ou transdisciplinar mente, dando visibilidade às necessidades da criança na perspectiva médica, social e educacional.”* (Marques, 2007, p.89)  
*“A adoção de um modelo de equipa transdisciplinar pretende ultrapassar as fronteiras das disciplinas individuais, promovendo a partilha de saberes e maximizando o envolvimento das famílias na intervenção”.*(Cruz & Fontes, 2003, p.30)

O SNIPI (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância) e a legislação atual vão mais longe e falam que a “... expansão das equipas pluridisciplinares introduz um novo conjunto de conceitos, perceções e terminologias, o que implica a utilização de uma comunicação clara entre as

*diferentes linguagens da equipa, para bem da criança e da família” (C.C SNIPI, 2011)*

Nestas equipas *”...é importante reconhecer as competências perante um problema: encorajar conversações sobre os objetivos a atingir e as soluções possíveis, pois, enquanto as pessoas se concentram nos problemas, sentem-se competentes e incapazes”* (Shazer & Berg, 1997, citados por Sousa (2005)).

As equipas resolvem as necessidades das famílias e maximizam as suas competências e não as suas deficiências.

Neste processo, de práticas de intervenção com a família, encontramos uma última recomendação: Os profissionais devem permitir e promover o envolvimento ativo da criança nessa mesma aprendizagem o que é designado pelas práticas desenvolvimentalmente adequadas.

Perante estas clarificações teóricas assinalamos as principais referencias que as equipas de Intervenção precoce deverão ter nas suas práticas:

- Uma *perspectiva ecológica* de intervenção, considerando sempre a criança e a família inseridas num contexto sistémico alargado, onde não podem ser esquecidas a vizinhança, a comunidade e o sistema institucional e cultural envolventes;
- A família deverá ser um parceiro ativo e presente em todo o processo de intervenção, partindo das suas necessidades e recursos para capacitá-la e dar-lhe poder de decisão; um modelo de intervenção centrado na família.
- A participação da criança e da família deve ocorrer em cenários que proporcionem as atividades e oportunidades de aprendizagem típicas para as crianças da mesma idade e para as suas famílias.
- A intervenção deverá decorrer em ambientes naturais, deverá ser Individualizada, inserida nos contextos de vida da criança. Um modelo que tenha em conta os contextos.
- A mobilização dos recursos da comunidade, procurando envolver todos os parceiros interativos e aproveitando ao máximo as oportunidades de aprendizagem que aí surgem. Uma prática que tenha em conta o desenvolvimento em comunidade.

- A equipa deverá ser Pluridisciplinar, onde os profissionais maximizam o envolvimento das famílias na intervenção tornando-as cada vez mais competentes e capazes.

Concluimos ainda que estas práticas de intervenção deverão ter como referência uma perspetiva funcional em termos de aprendizagem, visando objetivos úteis à criança e à família e inseridos nos jogos e rotinas do dia-a-dia.

As equipas devem acompanhar as suas práticas de “*uma perspectiva de Investigação-Ação que possibilite um permanente crescimento e adequação das intervenções através de uma reflexão constante*”(Gronita, 2011, pp6)

Perante estes conceitos atuais, estarão os profissionais de educação integrados nas equipas preparados para esta análise e precedente adaptação das suas práticas?

### **3. Os contextos e comunidades rurais e urbanas**

De acordo com Trivette (1997) citado por Serrano a expressão “ *recursos comunitários significa redes sociais pessoais, organizações, grupos associativos, programas comunitários e profissionais, serviços profissionais especializados, etc., que possam ser usados pelas famílias de crianças de menor idade para providenciar, quer às crianças, quer aos pais, oportunidades e experiências que tenham um impacto positivo no comportamento e no desenvolvimento da criança, dos pais e da família.* (Serrano, 2007, p.91),

Perante este novo paradigma ligado á importância dada ao contexto e recursos da comunidade, pretendemos realçar as características dos contextos de meio rural e de meio urbano, que poderão ou não atuar sobre as necessidades e recursos das famílias que os integram.

Para compreender melhor estes contextos como variável do nosso estudo temos que identifica-los enquanto conceitos teóricos. Um dos problemas que surge ao clarificar estes conceitos é que a própria definição e identificação do que é o contexto urbano e contexto rural urbano é muito difuso.

Apesar de definições, mais ou menos generalizantes, que aparecem em vários estudos, por parte de geógrafos, historiadores, sociólogos, não parece haver uma definição universal satisfatória. Em Portugal esta dificuldade também está presente, pela expansão e desenvolvimento que as cidades sofreram;

*“O grande desenvolvimento das comunicações e dos transportes, com o conseqüente incremento de fluxos de pessoas, bens, serviços e informação e o crescimento das relações e interdependências económicas, culturais ou sociais, gerou uma crescente integração e interdependência entre as diversas regiões portuguesas, levando a uma maior aproximação entre espaço urbano e rural.” (Costa, 1993, p 3)*

As cidades em Portugal cresceram e abrangem cada vez maiores zonas geográficas, onde se inseriam populações com características ditas rurais e por isso essas populações rurais estão cada vez mais urbanizadas, como demonstram os últimos estudos geográficos. *“Das grandes transformações demográfico-espaciais que o país tem atravessado, ao ponto de a sua população estar hoje quase maioritariamente ‘urbanizada’.* (Soares, 2004, p.2)

Estes conceitos cada vez mais difíceis de definir dada as mudanças exercidas nas zonas rurais, apesar de diluídas devem no entanto ser tidas em conta, por qualquer profissional que pretende adequar as suas práticas, às necessidades e recursos de cada contexto.

*[...] cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É essa intensa territorialidade que distingue, em nossa opinião, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa (Alentejano, cit in Marques, 2002).*

Mas existem diferenças que pretendemos discriminar, como justificação da escolha desta variável para o estudo.

O conceito de ruralidade apresenta-se com diferentes características; *“... baixa densidade de população, residências e outros prédios, contribuindo para a predominância de uma paisagem natural; b) uso econômico predominantemente agro-pastoril; c) os habitantes possuem um modo de vida que se caracteriza pelo pertencimento a pequenas coletividades bem como relações particulares com o espaço; d) a cultura camponesa, identifica e representa especificamente o meio rural (Vale, 2005, p72)*

Além destas características gerais algumas autores definem estas famílias como *“habitantes que se relacionam com a natureza por meio de práticas e representações particulares em relação ao espaço, ao tempo, à família e outros”* (Wanderley, cit in Neves, 2005)

Estas esferas mais próximas, tem para os individuo de meio rural um valor particular, porque *“... nelas tudo é conhecido e tem uma significação profunda, por estar ligado às experiencias pessoais, muito próximas com o meio, na rua, no bairro, encontra só caras conhecidas, ouve contar histórias aos vizinhos e as suas preocupações e sabe que pode contar com eles”* (Claval, 1987, pp 375)

Nestes agregados rurais encontramos um conjunto de membros (avós, tios, outros parentes) que são uma referência e que normalmente designamos como a Família alargada. Este conceito de família alargada apresenta um maior significado nos meios rurais.

Estas especificidades contrapõem-se aquelas que encontramos nas famílias urbanas que estão mais associadas a conceitos relacionados com *“concentração e edificações “, mas também pelas “atitudes e comportamentos como a competição e os mecanismos formais que substituem o espirito de solidariedade que uniam a pequena sociedade rural”* (Marques, 2002). As cidades são atualmente muito ligadas ao *“consumo, como esfera de atividade económica, reconverte a estrutura económica das cidades. (...) Faz substituir a chaminé da fábrica como símbolo da cidade do seculo passado, pelo espaço de grandes dimensões para o desempenho de atividades de consumo (o hipermercado, o centro comercial) símbolos da cidade contemporânea.”* (Rodrigues,1998, p.52) Os serviços e o comércio são cada vez mais a atividade económica das cidades em Portugal,

Definimos e assumimos ainda que no meio e contextos urbanos são *“...pólos de prestação de serviços pessoais e sociais”* (Ferrão, 2000, p.49). Consequentemente as populações que integram este meio têm as suas atividades profissionais ligadas a estes setores, comercio e serviços.

#### **4- Práticas de Intervenção e Enquadramento legal em Portugal**

A evolução da intervenção precoce e todos os seus programas e práticas em Portugal foram significativas nas últimas duas décadas (1990 e 2000).

Os primeiros programas, anteriores a 1989 que se centravam na criança socialmente desfavorecida, passaram a adotar concepções do desenvolvimento assentes em processos de interação da pessoa em desenvolvimento, com um contexto de vida. (Bronfenbrenner (1979) e Sameroff (1975).

As práticas de IP evoluem e centralizam a sua intervenção nos contextos de vida, designadamente a família, concebida como um sistema (microssistema), em que ocorre uma série de processos, eventos e relacionamentos mas também avaliam a interação que diz respeito ao relacionamento desse sistema com o meio ambiente, no seu sentido mais amplo (exossistema ou macrossistema).

O Programa Integrado de Intervenção Precoce (PIIP) de Coimbra criado em 1989 foi um dos primeiros programas em Portugal *“a encarar a família como principal destinatário do apoio oferecido”* (Cruz, 2003, p68)

A experiência iniciada em 1989, pelo PIIP no distrito de Coimbra, era baseada no modelo americano, em que nas práticas de IP já existe uma coordenação e articulação entre serviços. As estruturas/equipas, até então, baseavam-se em práticas individualizadas, organizadas apenas para a prestação de serviços a crianças com NE e suas famílias.

Por iniciativa da ANIP (Associação Nacional de Intervenção Precoce) foi criado em 1994 um grupo de trabalho, que incluía representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Segurança Social e do Ministério da Saúde e que pretendia criar diretrizes e orientações para a IP em Portugal. Este grupo foi o responsável pela elaboração de legislação e o Projeto-lei concebido e finalmente aprovado a 19 de Outubro, de 1999, tendo sido designado Despacho Conjunto 891/99, este revelou-se muito importante para a evolução legislativa do IP que até então era quase nula. Desse despacho nascem diretrizes muito importantes para a evolução das práticas em Portugal das quais destacamos: *“...de uma atuação centrada quase exclusivamente na criança e nos seus problemas, evoluiu-se para uma intervenção em que o enfoque é colocado na criança, no seu contexto familiar e a família é considerada como uma unidade funcional da comunidade. “...reconheceu-se a necessidade de definir conceptualmente a natureza e objetivos da intervenção precoce e delinear um modelo organizativo*

*integrado e de partilha de responsabilidades intersectoriais” (Despacho Conjunto 891/99, 1999)*

Este despacho – conjunto 891/99 “(...)veio dar ênfase a uma preocupação já existente, relativamente à necessidade de desenvolvimento e implementação de serviços de IP que refletiam práticas de qualidade no nosso país.” (Cruz, 2003, p72)

As suas linhas orientadoras estão em concordância com os princípios e práticas recomendadas por organizações internacionais, de investigadores e profissionais da área do IP, nomeadamente a Division for Early Childhood do Council for Exceptional Children (2003) citados no relatório de avaliação do despacho publicada pela ANIP. Estas realçam o envolvimento ativo e fulcral das famílias no processo de IP, a natureza interdisciplinar do trabalho que se desenvolve e a necessidade de parcerias e colaboração entre diversos serviços e áreas disciplinares, orientação que se fundamenta no modelo bioecológico de desenvolvimento que já referimos (Bronfenbrenner,1979) e modelo transaccional (Sameroff,1975), em que a intervenção integra a família e todos os serviços da comunidade.

Nos diferentes pareceres dados posteriormente por vários peritos de IP em Portugal sobre a aplicação dos Despacho Conjunto 891/99 e as práticas implementadas ao abrigo deste, concluímos; um dos aspetos mais positivos que fica desta legislação é a forma como “*aborda a criança no seio da família para que os pais sejam os parceiros ativos do processo de habilitação/reabilitação da criança e salienta o papel dos profissionais ajudando os pais a adquirir e a reforçar competências*” (Ruivo, 2007, p.12)

O mesmo autor assim como outros investigadores e peritos (Bairrão, e Almeida, 2007, p.62) destacam o facto de esta, viabilizar a constituição de equipas pluridisciplinares envolvendo técnicos das áreas da educação, da saúde e da ação social, no entanto a nível organizacional este despacho denota alguma falta de diretrizes claras para aplicação deste novo modelo de intervenção, criando o risco de a IP ficar um pouco ao sabor dos conhecimentos e da ética de formação de quem realizava as intervenções.

Uma das críticas de omissão no despacho de 1999 é o fato de “...a decisão de disponibilizar programas de Intervenção Precoce segundo determinados critérios de elegibilidade, depende unicamente da filosofia de prevenção de cada

*equipa e dos recursos disponíveis. Uma vez sinalizada a situação e estando assegurado o seu seguimento no serviço de IP, iniciam-se os primeiros contactos entre os profissionais do serviço e a família.” (Almeida, 2004 p.99)*

*“...a seleção dos casos a apoiar na Intervenção Precoce... de acordo com critérios de elegibilidade a definir pelas equipas de coordenação. A definição dos critérios de elegibilidade deveria, na nossa opinião, ser efetuada a nível Nacional e não pelas equipas de coordenação”.*  
(Brandão,2007,p.54)

A necessidade de critérios de elegibilidade comuns torna-se necessária e importante para a organização das equipas e práticas adequadas e coerentes que se pretendia implementar, como reforça Almeida (2004); *“A definição desses critérios de elegibilidade torna-se de extrema importância para que sejam tomadas decisões relativamente às políticas de intervenção numa perspectiva de prevenção primária e prevenção secundária” (Almeida, 2004, p43)*

Nesta linha de organização é denunciada a necessidade de existir dentro das equipas um responsável de caso que seja referencia para a família.

Esta figura consta já dos princípios e condições inscritas no Despacho conjunto nº 891/99 ” c) *Ter um único responsável pela implementação do plano individual de intervenção, denominado «Responsável de caso», que garante a articulação dos apoios a prestar. Relativamente a uma mesma família, independentemente das crianças que nela estejam a ser abrangidas pela intervenção precoce, não é recomendável mais de um responsável de caso, excepto quando esta situação inviabilize a satisfação das necessidades da criança ou da família;” (Despacho conjunto nº 891/99, 1999)*

Estudos mais recentes já incluem este profissional como importante na estrutura das equipas, mas as famílias ainda apresentam dificuldades em identifica-lo.

*“O responsável de caso das crianças e famílias acompanhadas é mais frequentemente o educador, embora haja alguma discrepância entre a identificação feita pelas famílias e a realidade descrita pelas equipas, a qual aponta para a tendência das famílias atribuírem essa responsabilidade aos terapeutas que têm intervenção direta no caso.” (Franco, 2008, pp62)*

A definição das competências do responsável de caso, foram mais uma das lacunas apontadas a este despacho, no entanto este constitui, *“um passo*

*importante no reconhecimento da intervenção precoce entre nós” é uma nova fase para a IP em Portugal que “embora tenha tido dificuldades de implementação em algumas zonas dos pais, contribui para o enquadramento das recomendações internacionais em Portugal. (Felgueiras, Carvalho & Fernandes, 2003, pp 36)*

O relatório/parecer do grupo Interdepartamental (2006) que procedeu a avaliação global do desenvolvimento da intervenção precoce ajudou na obtenção de algumas respostas mas levou ao surgimento de novas perguntas, e expectativas que devemos ter presentes na análise da evolução das práticas e modelos de IP:

*“Existe uma definição pouco clara e inequívoca de alguns enunciados existentes na legislação; destinatários e critérios de elegibilidade, componentes do PII, distribuição dos encargos financeiros pelas tutelas”;* (Brandão, 2007, p.3)

*“Existe falta de formação dos técnicos do terreno; mudança constante dos técnicos nas equipas criando descontinuidade”.* (Bairrão, 2007)

*“Necessidade de desenvolver medidas no sentido de combater a mobilidade excessiva dos técnicos”* (Almeida, 2005, p. 291)

*“É necessário investir na formação dos técnicos” com conhecimentos empíricos atualizados.* (Fuentes, 2009, p.94)

Estas opiniões e estudos refletem o que veio denunciar o Relatório detalhado da *European Agency for Development in Special Needs Education* (EADSNE, 2009, p.95 ) que reforça a necessidade de uma formação inicial de qualidade assim como será crucial a formação em serviço ou a continuidade dos técnicos nas equipas.

As lacunas que existem, e são denunciados por alguns estudos como Pimentel (2005) e Almeida (2004) na aplicação do modelo centrado na família e no envolvimento ativo das famílias, como é a aplicação do PIAF demonstra esta necessidade de formação; *“Encontram-se muitos técnicos ainda a trabalhar de uma forma bastante isolada* (Almeida, 2004)

Nas práticas recomendadas os estudiosos realçam a necessidade de *“inclusão de novos técnicos como parceiros de intervenção”, “(...) estabelecer novas parcerias, melhorando o envolvimento dos pais.* (Fuentes, 2009 p.96)

A forma de ultrapassar estas dificuldades pelas equipas na sua prática, é a necessidade crescente de *“articulação entre a teoria e a prática, entre ação e investigação, de modo a existir feedback sistemático “...toda a prática deve ser suportada por dados empíricos e, nesse sentido, os técnicos devem ler e apropriar-se da literatura científica”*” (Almeida, 2004, p.24).

Esta proximidade entre a teoria e a prática e a própria necessidade de formação específica, veio trazer alterações nas composições das equipas e da própria separação entre as crianças que integram a Educação Especial e aquelas que integram a da Intervenção Precoce. A partir do ano de 2007 os Educadores de Infância especializados passaram a integrar o Quadro de Educação especial e aqueles que passaram a integrar as equipas foram destacados pelos agrupamentos, mas sem especialidade. A especialidade em Intervenção precoce surge só recentemente, após esta distinção.

A legislação até 1999, assim como as práticas das equipas em Portugal têm ainda uma *“forte inspiração no modelo norte-americano, sem a conveniente avaliação da sua adequabilidade à realidade e cultura portuguesa”* (Bairrão e Almeida, 2002, p.18).

Partindo desta última citação procuremos saber se estas conclusões teóricas e reflexões que nascem da análise ao despacho e a sua implementação veio acompanhada de noções teóricas que levem á criaram novas práticas.

Após 2006 os especialistas procuraram criar uma nova legislação e nasceram estudos que procurassem saber se existem práticas e estruturas organizativas diferenciadas, adequando recursos e potenciando forças ou atenuando necessidades da comunidade.

*“A dimensão comunidade aparece assim com grande importância,” “(...) definindo também objetivos específicos dirigidos à própria comunidade”. “Por outro lado, a interação e o envolvimento da comunidade deverá começar logo no início na definição das ideias, na conceção dos projetos”* (Gronita, 2008).

O Decreto-Lei nº 281/2009 de 6 de Outubro e atualmente em vigor, vem dar resposta a algumas destas afirmações e reflexões que já registamos, ao criar o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)<sup>2</sup>. Esta nova

---

<sup>2</sup> SNIPI; sigla identificativa de Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

organização vem dar resposta a uma das principais lacunas da anterior legislação, sobretudo ao nível dos documentos e critérios de elegibilidade.

Este novo suporte legislativo vem, “garantir a operacionalização do sistema de organização da Intervenção Precoce de forma homogénea e uniforme a nível nacional, regional, distrital e local.” (Decreto-Lei nº 281/2009)

Pretende-se assim que o SNIPI funcione como um sistema de mobilização de todos os recursos disponíveis, através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação e da Saúde, conjuntamente com o envolvimento das famílias e da comunidade. A criação do SNIPI, tem a missão de garantir a Intervenção Precoce na Infância (IPI), “...*entendendo-se como um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social.*” (Decreto-Lei nº 281/2009, art.º 3)

Uma das inovações deste sistema é seguramente a existência legislativa de um gestor de cada caso, que antes era designado responsável de caso, este profissional faz a ligação entre os serviços e a família. O gestor de caso e todas as suas competências constam do regulamento interno de todas as ELIS<sup>3</sup>, criado na generalidade pela comissão de coordenação de SNIPI e adaptado pelas Elis á sua realidade. O regulamento interno das Elis é um dos documentos gerais que regem a organização nacional e homogénea das equipas. A explicitação das competências do gestor de caso é um passo em frente na coordenação e rentabilização dos técnicos e recursos existentes nas equipas. Dessas competências faz parte o “*Garantir a articulação entre os apoios disponíveis e a implementação do PIIP; Participar, em conjunto com a família, na identificação dos recursos, preocupações e prioridades, promovendo uma tomada de decisões consciente e informada.*” (CC do SNIPI, 2011) A criação efetiva desta figura pretendeu corrigir um problema que muito penalizava as famílias, a frequente mudança de interlocutores e facilitar o trabalho de coordenação das equipas.

A comissão de coordenação (CC)<sup>4</sup> do SNIPI, a funcionar desde fevereiro de 2010, veio também facilitar este trabalho e teve como principais atribuições

---

<sup>3</sup> ELIS; Sigla usada para Equipas Locais de Intervenção

<sup>4</sup> CC; abreviatura para Comissão Coordenadora

“assegurar a articulação das ações desenvolvidas ao nível de cada ministério, definição da organização e funcionamento das Equipas Locais de Intervenção e criação de instrumentos de regulação e de intervenção técnica. A comissão imitiu em julho de 2011, um manual técnico das equipas locais de intervenção do qual constam minutas e documentos orientadores muito explícitos para o trabalho das Subcomissões e ELIS: Minuta de Regulamento Interno da ELI, Mapeamento das ELI's na Região, Critérios de Elegibilidade, Processo da criança: Ficha de Referenciação, Ficha de caracterização da Criança; Ficha de registo de contactos; PIIP PIIP- Plano- Individual de Intervenção Precoce; Modelos de comunicação Interna.

Analisando em pormenor o conteúdo deste documento verificamos que cada equipa local terá que formalmente celebrar um protocolo de constituição, onde se destaca o facto de constarem as finalidades e objetivos a que os membros se propõem.

Um dos aspetos que se pretende destacar será o compromisso e os deveres assumidos pelos representantes das três vertentes de apoio à intervenção (educação, segurança social e saúde), que se responsabilizam pela participação nas reuniões, segundo horários e tarefas definidos. Este fato torna o trabalho em equipa mais rotineiro e frequente, melhorando a frequência e participação de cada técnico nessas sessões de debate dos casos.

As equipas locais, com sede nos centros de saúde, estão agora a ser constituídas com técnicos de diversas especialidades. Depois de identificadas as crianças que precisam de intervenção precoce, a equipa estabelece, em articulação com a família, um plano individualizado que define os apoios necessários, quer sejam educativos, de reabilitação funcional ou de natureza social.

Os regulamentos internos redigidos na generalidade pela comissão de coordenação definem também as competências dos coordenadores, diferenciando claramente o papel deste e dos responsáveis de caso, permitindo mais uma vez otimizar os recursos e funcionamento da equipa.

A homogeneização dos documentos de intervenção com a família, como é o PIIP( Plano Individual de Intervenção Precoce), assim como referenciação das crianças parece um avanço significativo na projeção do IP em que visualizamos

a mesma imagem e encontramos as mesmas regras facilitando o conhecimento geral das populações.

Relativamente aos Critérios de Elegibilidade, que é uma imperiosa necessidade segunda a avaliação feita das práticas em Portugal, foi definida desta forma pela Comissão Coordenadora do SNIPI:

Primeiro critério *“Alterações nas funções ou estruturas do corpo” que limitam o normal desenvolvimento e a participação nas atividades típicas, tendo em conta os referenciais de desenvolvimento próprios, para a respetiva idade e contexto social; Segundo “Risco grave de atraso de desenvolvimento» pela existência de condições biológicas, psicoafectivas ou ambientais, que implicam uma alta probabilidade de atraso relevante no desenvolvimento da criança.”* (Manual Técnico das Equipas Locais Intervenção, (CC SNIPI; 2011)

*“São elegíveis para acesso ao SNIPI, todas as crianças do 1º grupo e as crianças do 2º, que acumulem 4 ou mais fatores de risco biológico e/ou ambiental.”* (CC SNIPI; 2011)

Nesta evolução legislativa e positiva de todo o sistema de intervenção existe ao nível dos critérios de elegibilidade, um ponto que suporta alguns dos objetivos deste estudo e que poderá influenciar ou não as práticas das equipas.

*“Consideram-se fatores contextuais, entre outros: Isolamento (ao nível geográfico e dificuldade no acesso a recursos formais e informais; discriminação sociocultural e étnica, racial ou sexual; discriminação religiosa; conflitualidade na relação com a criança) e/ou Pobreza (recurso a bancos alimentares e/ou centros de apoio social; desempregados; famílias beneficiárias de RSI ou de apoios da ação social. (Decreto-lei nº281/2009)*

Este critério relacionado com os fatores ambientais, acentua a necessidade das equipas integrarem nas suas práticas; a) mobilização e articulação de serviços da comunidade, com uma abordagem sistémica; b) promoção de redes sociais de apoio. Estas duas vertentes da prática das equipas poderão ser distintas quando inseridas num contexto rural ou urbano.

Em síntese o enquadramento legal e as práticas de intervenção em Portugal parecem cada vez mais atualizadas e ajustadas aos modelos recomendados, assim como a todo o contexto e comunidade.

O SNIPI e as subcomissões regionais vieram operacionalizar e coordenar a gestão de recursos humanos, materiais e financeiros. As orientações do plano

nacional de ação do SNIPI, permitiu a recolha e atualização contínua da informação disponível e o levantamento de necessidades da cada Região, contribuindo para a base de dados nacional. Desta forma existe uma aproximação entre a legislação e os recursos locais.

## 5. Organização e distribuição das equipas em Portugal

Atualmente existem dados oficiais que nos indicam que as equipas de IP se encontram sediadas principalmente nos centros de saúde, em instalações atribuídas pelas Direções Regionais da Educação ou em IPSS convencionadas para o efeito e têm como principal atribuição a avaliação e intervenção direta com crianças e famílias. (Comissão coordenadora SNIPI, 2011)

Fazendo uma análise dos dados disponibilizados pela coordenação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce para a Infância (SNIPI, 2011), existem em Portugal um total de 149 equipas.

**Quadro 1**  
**Número de equipas integradas no SNIPI**

SNIPI	Nº ELIS
Subcomissão de Coordenação Regional Norte	37
Subcomissão de Coordenação Regional Centro	41
Subcomissão de Coordenação Regional LVT	35
Subcomissão de Coordenação Regional Alentejo	31
Subcomissão de Coordenação Regional Algarve	5
TOTAL	149

De acordo com o quadro 1 e os quadros descritivos das diferentes Subcomissões (Anexo 1), que as equipas estão presentes em todas as zonas do país, mas com maior predominância nas zonas urbanas, onde também se encontram o maior número de casos referenciados, que provavelmente se deve à maior concentração populacional. A zona do país onde as equipas tem uma menor implementação é nas regiões do Algarve e Trás-os-Montes, mas também na zona de Castelo Branco, onde residem as populações mais ruralizadas.

Muitas destas equipas locais de intervenção (ELIS) integram os agrupamentos de referencia do SNIPI desenvolvem o seu trabalho com famílias que estão integradas em meios rurais e em meios urbanos. *“Algumas destas famílias estão isoladas ao nível geográfico e com dificuldade no acesso a recursos formais e outras estão inseridas em meios urbanos, vilas ou cidades com infraestruturas e recursos mais próximos”*.(CC.SNIPI 2011)

## **CAPITULO II**

### **METODOLOGIA DE ESTUDO**

Iniciamos este capítulo com a apresentação da organização dos serviços de o IP em Portugal, como fundamento e orientação do estudo. De seguida definimos a problemática de investigação, assim como questões e objetivos que nortearam todo este processo.

A metodologia e a escolha dos participantes, assim como todos os procedimentos respeitantes á recolha de dados e análise de conteúdo ajudam a compreender melhor todo este estudo.

#### **1. Objetivos do Estudo**

A Intervenção Precoce como já referimos é atualmente uma realidade que se generalizou a todo o país, que está legalmente enquadrada e que pretende garantir condições de desenvolvimento das crianças.

Perante um quadro de cobertura nacional, este estudo parte das seguintes interrogações: a) Será que o contexto (rural e urbano) e as suas características influenciam as práticas dos docentes de IP?; b) As práticas seguem as orientações estabelecidas na legislação: modelo centrado na família e no contexto que a rodeia a criança?

Tendo em conta as questões colocadas, o enquadramento legal e a fundamentação teórica exposta anteriormente, este estudo tem como objetivos:

- Caracterizar as representações dos técnicos de IP sobre as famílias com quem trabalham, em função do contexto rural e urbano.

- Descrever, a partir dos técnicos, algumas das práticas de IP e em que medida estas se adaptam às características da família e meio em que se inserem.

Este é um estudo exploratório, sobre uma temática pouco estudada, com uma amostra pequena, mas que proporcione uma visão geral e aproximada desta temática. O estudo foi realizado a partir da prespectiva dos profissionais (docentes) que integram equipas de IP. Será a partir da informação desta fonte que se perseguirão os objetivos acima enunciados.

## 2. Caracterização dos participantes

Este trabalho estudou as práticas de quatro equipas de IP (Elis) do distrito de Lisboa, com intervenção em contexto rural e urbano. As equipas selecionadas para este estudo dependem da Subcomissão Lisboa e Vale do Tejo. Esta subcomissão tem um âmbito geográfico que corresponde a todos os concelhos do Distrito de Lisboa, todos os concelhos do Distrito de Santarém, 9 concelhos do Distrito de Setúbal - Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal e 6 concelhos do Distrito de Leiria – Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche.

As dezasseis equipas locais de intervenção no distrito de Lisboa convidadas e contactadas no início deste processo, responderam apenas cinco, 3 intervêm em contexto urbano, Amadora (69 crianças apoiadas) e Oeiras (109 crianças apoiadas) e Olivais (28 crianças apoiadas), e 2 que intervêm em zonas geográficas que incluem contextos maioritariamente rurais, Mafra (93 crianças) e Torres Vedras (84 crianças).

Dos diferentes profissionais que integram as equipas enumeradas, consideramos integrar no estudo, os técnicos, destacados pela valência educativa, ou seja pelos agrupamentos de escolas. Estes técnicos teriam que estar inseridos em equipas de agrupamentos referenciados pelo SNIPI.

Esta decisão relativamente aos participantes, justifica-se pelo fato de serem estes profissionais designados, como gestores de caso com maior frequência e englobarem assim um maior número de casos, relativamente a outros profissionais de outras áreas.

Procuramos deste modo assegurar que os participantes no estudo estavam em condições de conhecerem bem as famílias, isto é poderem fornecer dados do conjunto dos membros das equipas multidisciplinares.

As equipas integradas no estudo foram, ELI de Mafra, Eli de Torres vedras, Eli de Oeiras e Eli de Amadora, a equipa dos Olivais não foi integrada no estudo por, ainda não integrar os agrupamentos de referencia do SNIPI e porque o número de docentes participantes em cada contexto passa a ser igual(5/5).

Duas das equipas que participam neste estudo e cinco dos docentes estudo que realizam a sua intervenção em meio rural, Mafra e Torres Vedras têm a sua sede e coordenação nos meios urbanos e por vezes intervêm com famílias de meio urbano. Por esse facto das 38 famílias atendidas por estas ELIS, 4 delas,

não entram na contabilidade das famílias de meio rural mas integram sim nas famílias inseridas em meio urbano. Os docentes entrevistados tal como muitas das equipas do país realizam as suas intervenções com famílias de meio rural, mais isoladas geograficamente mas também com algumas famílias inseridas em meio urbano,

As equipas de contexto rural, Mafra tem a sua sede numa IPSS e Torres no Agrupamento de escolas de Padre Francisco Soares, ou seja funcionam a partir das sedes de concelho. As equipas de contexto urbano, Oeiras funciona no Centro de Saúde de Paço d'Arcos e a ELI da Amadora está sediada no Agrupamento de Escolas de Alfoanelos.

O número de técnicos abrangidos, cinco integram equipas em meio rural e cinco meio urbano. Participaram assim, no estudo um total de dez docentes, que teriam entre 20 a 50% dos casos e famílias intervencionadas por essas equipas, e estes tem uma gestão de oitenta e seis casos, ou seja um total de oitenta e oito famílias.

As famílias apoiadas por estes técnicos, não são participantes diretas no estudo. Os técnicos são os únicos participantes.

Esta amostra de conveniência, foi levantada com base em critérios acima descritos, de docentes gestores de caso e a trabalhar em contextos rurais ou urbanos mas foi também condicionada pela disponibilidade, receção e aceitação de um grupo de equipas e técnicos de IP.

Esta amostra não é representativa das equipas em intervenção nestes contextos e as conclusões não devem ser generalizadas, mas apresentam indicadores que podem enriquecer estudos com maior abrangência nesta área específica.

**Quadro 2**  
**Dados biográficos dos docentes entrevistados**

Equipa/ técnicos IP		Género	Idade	Tempo de serviço no Ensino (anos)	Tempo de serviço na Equipa de IP (anos)	Gestão de casos Número	Total de casos
Eq. A MR	D1	F	36	12	6	4	20
	D2	M	40	14	6	7	
	D3	F	43	22	7	8	
Eq. B MR	D6	F	39	14	6	9	17
	D10	F	41	18	1	8	
Eq. C MU	D4	F	36	15	1	10	20
	D5	F	33	6	2	10	
Eq. D MU	D7	F	48	24	1	10	31
	D8	F	44	24	6	12	
	D9	F	48	25	3	9	
							<b>88</b>

**Legenda:** Cada equipa está identificada com as letras ex: Eq. A e a sigla que identifica o meio a que pertencem MR (meio rural) ou MU (meio urbano). Os docentes são identificados com a letra D e um número que corresponde á ordem de realização das entrevistas

Na análise do quadro 2 registamos que nove dos 10 técnicos entrevistados são de sexo feminino e apenas um de sexo masculino. Em termos de idade, visualizamos que os técnicos mais velhos estão integrados numa das Elis de meio urbano e têm 48 anos e mais novo tem 33 anos e também intervêm em meio urbano.

O tempo de serviço destes técnicos varia entre os 6 e os 25 anos.

Os anos de serviço na equipa têm um intervalo entre 1 e os 7 anos. Dos 10 participantes no estudo verificamos que 7 já são efetivos embora essa não tenha sido um registo realizado formalmente nas entrevistas, mas no curto diálogo informal realizado antes das entrevistas esse dado foi registado. Será importante referir ainda que todos estes técnicos dispõem de um horário completo e estão integrados nos departamentos de Ensino Especial dos seus agrupamentos.

O número de famílias de que estes técnicos são gestores de caso, é no mínimo de 5 e no máximo 12, sendo visível que destes 10 técnicos apenas 2 tem menos de oito casos.

Relativamente às famílias acompanhadas/apoiadas e o contexto em que se inserem será importante caracterizar genericamente cada um dos concelhos.

Os profissionais que intervêm em contextos rurais pertencem a equipas do concelho de Torres Vedras e Mafra. Nos relatórios diagnósticos das redes sociais disponibilizados pelas duas camaras municipais, sobre estes dois concelhos, retiramos o facto de os dois sofreram um grande crescimento populacional nas sedes de concelho (Cidade e vila), e diminuição da população nas freguesias mais isoladas.

Estas alterações nos dois concelhos têm vindo a transformar as estruturas económicas e empregos nos concelhos. O relatório disponibilizado pela Camara Municipal de Torres vedras refere:

*“Entre 1991 e 2001 a população residente empregada no sector primário diminuiu em 50%, sendo a sua maioria absorvida pelo sector terciário (41%), fruto do grande desenvolvimento do comércio e serviços locais. No entanto, a população residente no sector secundário também aumentou (18%) provavelmente devido a evolução do sector da construção civil.”* (CM Torres Vedras, 2011)

Outro dos concelhos abrangidos neste estudo, onde se integra uma das equipas é o concelho de Mafra *“...viu crescer significativamente a sua população” explicado pela “... melhoria das acessibilidades através da construção de novas vias de comunicação na ligação a Lisboa”.*( [www.cm-mafra.pt/educação](http://www.cm-mafra.pt/educação))

Neste concelho *“ é igualmente possível constatar que, apesar da tendência de Terciarização, as atividades do sector primário ainda possuem algum peso na estrutura empresarial do Concelho de Mafra”.* ([www.cm-mafra.pt/educacao](http://www.cm-mafra.pt/educacao))

Podemos, ainda encontrar freguesias que permanecem essencialmente agrícola, mantendo praticamente inalterada a paisagem que as caracterizam.

Mafra vive também de atividades ligadas ao turismo, ligado ao património e às suas praias que se formam ao longo da costa. Existe ainda um número elevado de população nas freguesias mais isoladas (sobral da Abelheira, Enxara do Bispo) predominantemente rurais, que tem baixas habilitações.

A concentração de população e infraestruturas é uma realidade atual nestes dois concelhos e permite ter maiores respostas para as necessidades da

população, no entanto caracterizam-se ainda por serem meios pequenos e ruralizados.

As equipas participantes que apoiam exclusivamente famílias residentes em meio urbano são as do concelho de Oeiras e Amadora, fazendo parte da Área Metropolitana de Lisboa Norte. Nos relatórios que analisamos em relação a estes dois meios verificamos que tem uma geolocalização privilegiada que os tornou convidativos, pela proximidade a Lisboa e pela sua rede de transportes, características que, em tempos levou a que estes concelhos registassem uma forte afluência populacional, nas últimas décadas.

O concelho da Amadora trata-se de um meio urbano onde existe uma grande *“... expressividade dos movimentos migratórios”* que tem vindo a aumentar nos últimos anos. Tal como acontece noutros concelhos a nível nacional regista um *“forte investimento na área dos serviços, nomeadamente ao nível da comercialização de produtos em geral a terceiros, fez aumentar o número de trabalhadores nos estabelecimentos do setor terciário, em 2008 estes constituíam 72% dos trabalhadores por conta de outrem no concelho.”* ([www.redesocial-amadora.com](http://www.redesocial-amadora.com))

O concelho da Amadora onde se insere uma das equipas participantes apresenta assim alguns grupos com carências sociais e económicas mas onde predomina uma atividade ligada ao setor terciário. Muitos dos bairros deste concelho caracterizam-se ainda pelas *“... habilitações literárias baixas, particularmente nos indivíduos originários dos países africanos, não indo além do 3º ciclo do Ensino Básico. Apesar do nível de escolaridade média ter crescido em relação aos primeiros habitantes, a baixa escolaridade demonstra que poucos são os jovens que prosseguem os estudos...”* O contexto de intervenção da Eli da Amadora apresenta características sociais muito particulares.

No concelho de Oeiras, deu-se também uma progressiva desindustrialização, dando lugar à consolidação da área dos serviços e comércio, sendo este o setor económico que mais gera postos de emprego para as populações. No entanto este contexto urbano apresenta condições económicas e de desenvolvimento diferentes do concelho urbano da Amadora, que devemos evidenciar.

*“Oeiras promoveu, ao mesmo tempo, uma política que optou pela criação de oportunidades de instalação de empresas e aposta nas atividades terciárias...”*  
([www.jorgebarretoxavier.com/documentos/projectos](http://www.jorgebarretoxavier.com/documentos/projectos))

Outra das características que devemos destacar em relação à população do concelho de Oeiras é o fato de ser o concelho *“..que conta com a maior taxa de população ativa com o ensino superior concluído no País e uma política social que levou a que fosse o primeiro município a acabar com o flagelo das barracas.”*  
([www.jorgebarretoxavier.com/documentos/projectos](http://www.jorgebarretoxavier.com/documentos/projectos))

Este concelho (Oeiras) caracteriza-se assim por ser um meio urbano *“..com um pólo de desenvolvimento notavelmente próspero entre os mais da Área Metropolitana de Lisboa e do País.”* ([www.cm-oeiras.pt](http://www.cm-oeiras.pt))

Este contexto urbano em que as ELIS se integram também estão condicionados ao nível do emprego, e tendo em conta a conjuntura económico-social, registou-se aumento do número de desempregados segundo os dados disponibilizados pelas instituições públicas. Tendo como referência estas características gerais dos contextos, marcados por atividades ligadas aos serviços e setor terciário, podemos fazer uma caracterização melhorada das famílias e das práticas dos docentes, participantes no estudo.

### **3. Procedimentos e Análise de Dados**

A abordagem ao estudo deste tema foi qualitativa, combinando em certas questões uma abordagem mista, combinando dados qualitativos e quantitativos. O recurso à entrevista veio facilitar o acesso a um maior número de dados e a um número superior de famílias abrangidas, dando respostas mais precisas relativamente aos objetivos delineados. O estudo que se propôs conhecer as necessidades das famílias e saber como são as práticas dos profissionais de IP foi descritivo, e teve por base as perceções e opiniões dos profissionais. Os dados foram recolhidos, com a realização das entrevistas, ao longo do mês de abril de 2012. As transcrições das dez entrevistas, foram feitas no mês seguinte, maio. Os dados dessas transcrições foram posteriormente examinados através da análise de conteúdo.

Neste processo de solicitação das entrevistas existiram muitas recusas, que foram ultrapassadas com o contato direto e individual com os docentes. Depois

de assegurada a participação dos docentes no estudo/entrevista, foram marcadas segundo a disponibilidade de cada um. As entrevistas foram todas gravadas e realizadas nas sedes das equipas entrevistadas. Os entrevistados foram informados sobre os objetivos e temática do estudo.

Alguns procedimentos iniciais, como foram as conversas informais e a realização de uma entrevista exploratória feita com uma docente de meio urbano, veio despontar alguns indicadores que conduziram à decisão de centrar este estudo nas características e necessidades destas famílias.

.Aos profissionais que acederam participar foram realizadas entrevistas e estas preservaram sempre o anonimato dos Docentes entrevistados, no entanto foi feita a identificação das equipas de forma a delinear o meio da intervenção de cada um destes entrevistados.

Ao longo deste processo e em cada entrevista estes Docentes foram identificados com a letra D (Docente) e um número que regista a ordem real da realização das entrevistas de um a dez (exemplo D2).

Na análise de conteúdo as citações e unidades de registo vem com a identificação do docente (D2) e o meio em que estão inseridos, meio rural (MR), meio urbano (MU).

#### **4. A Entrevista exploratória**

No início deste processo optei por realizar uma entrevista exploratória de forma a testar a eficácia do guião e obter a informação pretendida. Desta entrevista surgiram novas questões e alguns indicadores para a investigação.

Os resultados desta entrevista inicial permitiu, entre outras coisas, perceber que as equipas que apoiam famílias residentes em meios rurais têm também uma intervenção com famílias de meio urbano

Esta informação levou-nos a renunciar à realização de entrevistas centradas em docentes que intervêm ou tinham contato com os dois contextos (de meio rural/de meio urbano) para nos centrarmos na caracterização de casos integrados em apenas um desses meios. O guião da entrevista foi retirado perguntas como: Quem acha mais participativas, as famílias de meio rural ou urbano? Quem beneficia mais dos recursos da comunidade, casos em meio rural

ou meio urbano? Passando a constar, Considera estas famílias participativas? Considera que estas beneficiam dos meios da comunidade.

Esta entrevista exploratória foi também útil no conhecimento da forma como dirigir e expor as futuras entrevistas, menos diretivas e mais flexível, reduzindo também o número de perguntas. Tornou também o papel de entrevistado mais fácil com a forma de gravar e procurar o espaço adequado.

#### **4.1. Entrevistas**

As entrevistas realizadas neste estudo tiveram como objetivo “ *o de obter informação*”(…) “*ou dados descritivos na linguagem do próprio sujeito*” (Bogdan e Biklen (1996: pp 134 ) como “ *uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas*”(…)”.

As entrevistas foram para este estudo uma técnica de recolha de dados, que pudessem albergar informação facilitada sobre o tema. Tentou-se sempre que estas não fossem extensas. Foram realizadas de forma natural e descontraída, em contexto adequado e sereno, em que o entrevistado entrevistasse o menos possível e sem a presença de outras pessoas.

A estrutura da entrevista foi semi-diretiva, “permitir ao entrevistado falar abertamente, com as palavras que desejar” (...)(Quivy e Campenhoudt, 2008), no entanto as perguntas iniciais de caracterização dos técnicos de IP são muito precisas e de resposta breves.

O guião da entrevista (anexo I) é constituído por três partes diferentes, a primeira parte tem por objetivo a caracterização do docente entrevistado, a segunda parte é dirigida á caracterização das famílias e contextos em que estão inseridas. Na terceira parte da entrevista encontramos as perguntas com cariz mais aberto em que os entrevistados expõem as suas práticas e dão opinião sobre as instituições da comunidade e o trabalho realizado.

#### **5. Análise de conteúdo**

Depois da realização e transcrição individual das entrevistas, os dados recolhidos foram estudados através do método qualitativo de análise de conteúdo.

Esta análise deve ter regras que orientem o investigador, o agrupar dos dados em categorias foi o primeiro passo de ordenação dos conteúdos, categorias e subcategorias que surgiram da primeira pré-análise, criada essa estrutura ela serve essencialmente para posterior cruzamento de dados.

Foram criadas neste estudo unidades de registo, pequenas frases retiradas do texto das entrevistas que puderam reforçar e garantir o significado de cada categoria.

As categorias já referidas foram formadas com base nas diferentes partes do guião da entrevista, mas as subcategorias surgiram devido aos objetivos definidos nesse mesmo guião.

Do texto e das unidades de registo apareceram indicadores que permitiram agrupar e comparar os resultados obtidos em cada uma das entrevistas.

Relativamente á primeira parte da entrevista sobre os dados demográficos dos indivíduos entrevistados, esses foram tratados separadamente, para descrição da amostra e características dos participantes.

Na segunda parte deste guião da entrevista, com a temática – Caraterização das famílias – foram criadas várias categorias; Habilitações literárias dos pais; áreas profissionais; estrutura familiar. Foi desenhada também uma temática diferenciada sobre a Caraterização das crianças atendidas, com uma categoria; problemática das crianças. A última categoria da temática de caraterização são as necessidades e recursos das famílias.

Na última parte da entrevista temos a temática sobre as práticas de IP, onde surgem várias categorias e subcategorias relacionadas com os locais de intervenção e o envolvimento das famílias; as frequências das intervenções, os encontros entre pais e mobilização dos serviços da comunidade.

## CAPITULO III

### APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

No penúltimo capítulo deste estudo vamos apresentar os dados recolhidos nas dez entrevistas realizadas e proceder á discussão dos resultados perante as questões teóricas formuladas no início deste processo, tendo também por base os objetivos e hipóteses definidas anteriormente.

Pretende-se descrever e comparar as características e práticas das equipas em função da variável do contexto, rural ou urbano. Os dados serão expostos com a sequência que é seguida no guião da entrevista e as suas três temáticas.

Iniciamos esta apresentação com a análise dos dados biográficos dos docentes, os dados das equipas e os casos geridos, assim como a comparação destes.

**Quadro 3**  
**Dados sociodemográficos comparativos dos técnicos participantes**

Nº de Equipas	Nº de Docentes	sexo	Idade	Tempo de serviço	Tempo na equipa	Nº de casos geridos	Total de famílias
<b>2 Equipas MU</b>	5 Docentes	5 Femininos	Entre os 33 e 48 anos	Entre 5 e 25 anos	Entre 1 e 6 anos	Entre 9 e 12 casos	<b>55</b>
<b>2 Equipas MR</b>	5 Docentes	4 Femininos 1 Masculino	Entre 36 e 41 anos	Entre 12 e 22 anos	Entre 1 e 7 anos	Entre os 4 e 8 casos	<b>33</b>

Legenda: MU- Meio Urbano; MR- Meio Rural

A grupo etário destes técnicos é relativamente homogénea sem grande discrepância de idades entre os docentes, com um intervalo que vai desde os 33 aos 48 anos de idade. Ao nível do tempo de serviço dos docentes participantes a discrepância é mais acentuada, vai dos 5 até aos 22 anos de serviço. A experiência profissional de alguns técnicos são notórios no discurso das entrevistas e parece refletida nos pontos de observação e formas de estar perante a educação. Relativamente á experiência e formação em intervenção precoce e a evolução teórica sobre as práticas registadas em Portugal nos últimos 10/15 anos, o discurso das entrevistas e os indicadores demonstram

formas de estar diferenciadas, sendo que dois dos docentes com menor tempo de serviço demonstraram ter conhecimentos teóricos sobre as práticas e modelos de desenvolvimento. “ *Eu sou defensora na minha prática de mais oportunidades á participação da família e que valorize o contexto da criança, como aprendi na minha especialização de ensino especial do ano passado.*” D5-MU ( 6 anos de serviço.)

Relativamente ao tempo de serviço em equipa verificamos que mais de 50% destes profissionais está há mais de 5 anos comprovando alguma estabilidade ao nível dos docentes nas equipas, quer seja docente em intervenção em meio rural ou meio urbano, embora essa estabilidade seja mais notória ao nível das equipas de meio rural, onde quatro dos cinco docentes entrevistados permanecem há mais de cinco anos.

Os dados mais evidentes retirados dos dados biográficos comparativos é o de podermos quantificar, como demonstra o quadro 3 o número de casos atribuídos a cada docente, que varia muito entre os docentes a intervir em meio rural e meio urbano, sendo que o número de famílias intervencionadas como referimos é bastante superior no meio urbano. O número de casos mínimo que cada docente no meio urbano tem atribuído é de nove, enquanto as equipas inseridas em meio rural tem um número máximo de oito casos. Podemos assim aferir que embora o horário a cumprir por cada docente seja o mesmo a forma como é gerido é muito diferente, e o número de casos total aceites nas equipas influencia o número de intervenções e gestão de casos atribuído a cada técnico. No entanto denotamos que não influencia o calculo do número de intervenções com cada criança, fica explícito nestas duas unidades de registo que caraterizam as práticas de meio urbano e meio rural respetivamente: “*Dois a três vezes por semana (pausa) em sessões de quarenta e cinco minutos*”( D4 MU); “*2 vezes por semana*” (D1 MR).

## **I. Caraterização das crianças e família**

Um dos objetivos do estudo foi o de caracterizar as famílias e crianças apoiadas pelos serviços.

Para efetuar a caraterização das crianças e famílias inseridas nestes contextos foram criadas diversas categorias: Habilitações literárias das famílias,

Áreas profissionais dos pais; Estrutura familiar; Problemáticas das crianças; Necessidades das famílias; Recursos das famílias.

Procurámos sintetizar os dados recolhidos nos quadros e descrições seguintes.

### 1.1.Habilitações literárias.

O quadro 4 apresenta a análise relativa aos dados das habilitações literárias das famílias em função do contexto de residência

**Quadro 4**  
**Habilitações literárias das famílias**

Categoria Habilitações literárias Das famílias		Contexto	
		Meio rural	Meio urbano
Subcategorias	Sem habilitação	3 Famílias (9%)	—
	1º Ciclo	8 Famílias (24%)	12 Famílias (21%)
	2, 3ºciclo e Secundário	16 Famílias (48%)	22 Famílias (40%)
	Ensino superior	6 Famílias (18%)	21 Famílias (38%)

Os resultados mostram que as famílias de meio urbano tem um nível de escolaridade mais elevado, sobretudo na percentagem relativa ao grau do ensino superior onde 38% das famílias estão incluídas enquanto no meio rural o valor é apenas de 18% das famílias.

Na subcategoria, sem habilitação temos apenas unidades de registo retiradas das entrevistas realizadas em meio rural; *“Existe uma família, nem pai nem mãe sabe ler.”* (D2-MR)

Verificamos ainda que ao nível da subcategoria 1º ciclo, existem 8 famílias com este nível de habilitações mais baixas o que corresponde a 24% num universo de 33 famílias. Esta percentagem é superior á verificada no universo das famílias de meio urbano, que se situa em 21% das famílias com estas habilitações mais baixas. Analisando estes dados apuramos então que ao agrupar as duas primeiras subcategorias correspondentes às baixas habilitações, fica claro que o número de famílias com habilitação mais baixas se

encontra no contexto rural, situa-se em 33% contra os 21% da percentagem obtida em meio urbano.

Apuramos através da observação do quadro que nos dois contextos a predominância vai para as habilitações entre o 2º ciclo e secundário que apesar de ser um universo mais vasto permite depreender que quase metade dos universos representados tem famílias com habilitações de nível 2 ou 3, ou seja ensino secundário e secundário inferior. (classificação do ISCED - *International Standard Classification of Education*,)

Assim, as principais diferenças, nesta categoria estão nos extremos. No meio rural encontramos famílias sem habilitações, o que já não ocorre no meio urbano. Por outro lado, nas habilitações superiores, parece haver uma diferença importante, sendo este nível de habilitações percentualmente mais elevado nas famílias de meio urbano comparativamente com as famílias de meio rural. Não há diferenças muito importantes em relação ao 1º ciclo. Já em relação ao 2º e 3º Ciclos e Secundário, encontramos uma maior percentagem de famílias com este nível de habilitações no meio rural, comparativamente ao meio urbano

## **1.2. Situação profissional das famílias**

Outro dos pontos de caracterização destas famílias inserido neste estudo diz respeito à situação na profissão das **áreas profissionais** em que estas se inserem. e compreender que este contexto onde estão envolvidas influencia as suas vivências e a intervenção. Nas suas entrevistas realizadas devemos referir que em alguns dos casos descritos os docentes apenas identificaram a área profissional de um dos elementos do agregado familiar por não se lembrarem ou não terem dados dos outros elementos. Nestes casos a família foi contabilizada num só setor de atividade.

Como demonstramos no primeiro capítulo estes contextos tem realidades económicas diferentes mas com domínio das atividades de setor terciário.

Relativamente a esta área de caracterização das famílias realçamos o fato de doze elementos das cinquenta e cinco famílias de meio urbano estarem desempregados o que corresponde a 25% das famílias abrangidas pela IP. A mesma situação encontramos nas famílias atendidas em contexto rural onde as

famílias com desempregados se situam nos 24% ou seja 8 das famílias abrangidas pela equipa de IP. Esta situação advém do fato de o meio urbano ter perdido mais postos de trabalho, já que é aí que encontramos maior número de empresas e serviços.

No contexto urbano encontramos muitas famílias a trabalhar por conta própria como trabalhadores independentes; jardineiros, dentistas, médicos, futebolista, engenheiros civis e legistas, estes trabalhadores correspondem a 27% das famílias nos programas de IP.

As áreas profissionais ligadas ao comércio, serviços e administração pública estão numa percentagem muito elevada (aproximadamente 50%) no contexto urbano comparativamente ao contexto rural.

A caracterização e definição económica anteriormente efetuada em relação aos concelhos urbanos, é confirmada pelos dados disponibilizados pelos docentes a intervirem nestes contextos. É nos centros urbanos que existe maior atividade económica ligada ao setor terciário com um número superior de famílias ligadas aos serviços e administração pública e, como referem estes registos;

*“... tenho duas famílias a trabalhar em lojas e comércio, mas tenho também duas mães que são empregadas domésticas ”( D4-MU)*

*“ Tenho duas ou três mães a trabalhar no comércio, com turnos ” (D5-MU)*

*“... esta família a mãe é professora, a mãe do M também é...”( D8-MU)*

Registamos ainda que perto de 40% das famílias de meio urbano trabalham por conta de outrem, em comércio, lojas e indústria, pequenas empresas de serviços pessoais ou mesmo serviço doméstico. Ligados aos serviços públicos encontramos assinaladas 7 famílias, professores, diretores gerais, engenheiros e assistentes operacionais.

Neste contexto urbano destacamos ainda o fato de 3 famílias estarem dependentes dos subsídios do estado, como é o RSI. Neste mesmo contexto denotamos que as duas equipas que acompanham famílias em concelhos diferentes, intervêm com famílias, com recursos económicos diferentes. Uma das equipas em que as condições do concelho são melhores, apoia famílias que tem áreas profissionais que a partida trazem maiores benefícios monetários.

A nível do contexto rural encontramos algumas famílias por conta própria ligadas á agricultura, um total de 3 agregados familiares que vivem só da agricultura.

As restantes famílias uma parte trabalha por conta própria, jardineiros, eletricitas ou construção civil. Existe ainda um conjunto de famílias, perto dos 40% que trabalha por conta de outrem, em serviços domésticos ou serviços pessoais, como cabeleireiros ou costura.

Contrariamente ao meio urbano o meio rural apenas tem 10% das famílias abrangidas, ligadas a áreas de administração e serviços públicos e mais 12% (4 casos) a trabalhar no comércio, confirmando a menor dinamização destes áreas neste contexto.

Sintetizando os docentes de IP em intervenção em contexto urbano, comparativamente com os docentes inseridos em contexto rural, apoiam famílias que na generalidade abrangem áreas profissionais mais vantajosas financeiramente. Estas famílias terão á partida melhores condições para aceder a mais recursos e apoios. A percentagem de famílias a trabalhar em serviços e administração pública é bastante menos do que no meio urbano, pois é neste ultimo que se encontram o peso maior das instituições públicas. Os dois meios caracterizam-se ainda por terem igualmente grande número de famílias a trabalhar por conta de outrem.

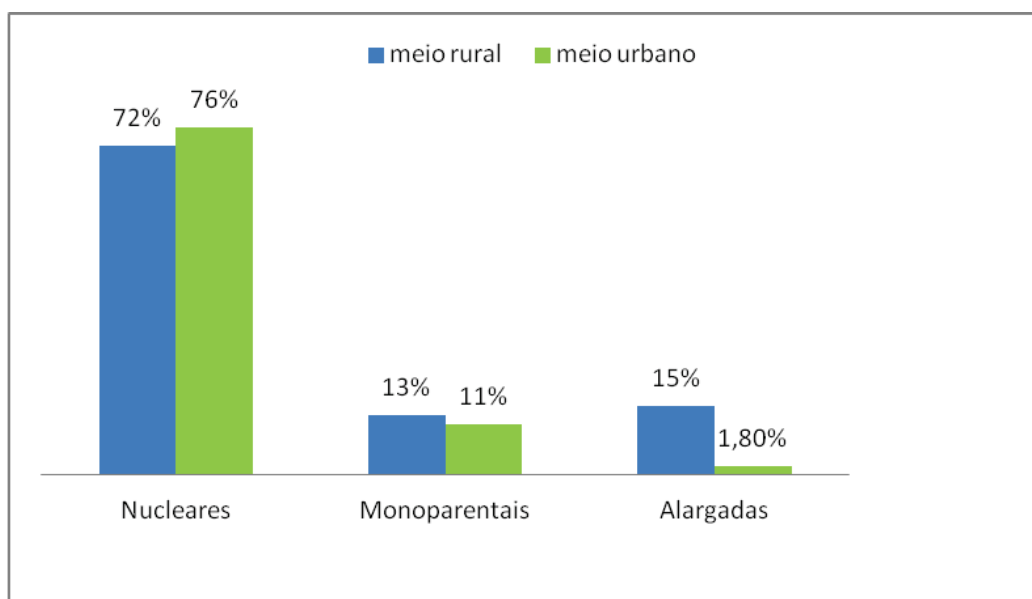
### **1.3. Estrutura das famílias acompanhadas**

Na caraterização das famílias foi considerado importante, identificar a sua estrutura e tipologia.

A tipologia que apresentamos divide-se em três grupos; Nuclear, monoparental e Alargada. O grupo de famílias recompostas, conceito que acresce atualmente nas tipologias dos agregados familiares não faz parte deste grupo, mas deverá ser incluído em novos estudos.

No quadro que se segue, disposto em percentagens, visionamos a estrutura do universo das famílias abrangidas por cada contexto.

**Figura I**  
**Tipologia das famílias**



As respostas dos profissionais são claras em relação à estrutura destas famílias sendo a grande maioria famílias nucleares. Uma das docentes de meio urbano referiu trabalhar apenas com famílias de estrutura nuclear:

A grande diferença nestes contextos verifica-se ao nível do número de famílias alargadas, que no meio urbano corresponde a menos de 2% (1 caso) e no meio rural esta tipologia é superior a (4 casos) 15 % dos casos. Estas famílias alargadas incluem irmãos, tios e avós e alguns destes coabitam no mesmo espaço. Os entrevistados referiram várias vezes a importância da presença de outros familiares no apoio a estas famílias, sobretudo os avós, estas tem uma predominância maior, segundo os entrevistados, um papel importante na vida destas crianças:

*“Duas são alargadas (pausa) mãe, pai, irmão avós, família alargada. E outra família alargada, é a outra situação, porque são os avós que tomam conta do neto portanto que têm a custódia” (D1 MR)*

*“Sim existe um caso que partilham habitação, numa freguesia... e vários no meio rural, que as avós é que ficam com as crianças, ajudam muito...” (D10-MR)*

As famílias alargadas são tidas por estes docentes como um recurso essencial, como apresentaremos posteriormente.

A grande maioria das famílias apoiadas em contexto rural e urbano tem uma estrutura nuclear. No contexto rural as famílias alargadas têm alguma predominância.

### 1.5. Necessidades das famílias

No que se refere às necessidades das famílias encontramos aspetos comuns, mas também algumas diferenças que merecem a nossa análise.

No quadro procuramos sintetizar os nossos resultados relativamente a esta área de caracterização das famílias

**Quadro 6**  
**Necessidades das famílias**

<b>Necessidades</b>	<b>Meio Rural</b>	<b>Meio Urbano</b>
Necessidades de informação sobre as problemáticas, serviços e legislação	X	X
Necessidade de utilizar transportes públicos para deslocação às terapias	X	
Necessidade de apoio e formação ao nível das competências parentais.	X	X
Dificuldades no acesso às consultas e especialidades		X
As famílias necessitam de mais serviços e instituições locais	X	
Necessidade de apoio familiar alargado ou outros apoios informais.		X
Necessidades ao nível habitacional	X	
Necessidade de apoio técnico para uso de equipamentos específicos	X	
Necessidade de apoio psicológico para as famílias		X
Necessidades financeiras	X	X

Os nossos resultados indicam que as maiores necessidades destas famílias se situam ao nível de informação, designadamente, legislação, serviços e noções sobre as problemáticas das crianças.

Do quadro 6 existe coincidência em relação à categoria e necessidade de maior informação e apoios sobre a problemática dos filhos, nos dois contextos em que os profissionais intervêm. Esta necessidade de informação aparece nos dois contextos, mas verificamos que o maior número de registos foi obtido nas famílias rurais que estes docentes apoiam:

*“Neste caso as necessidades, as carências que eles têm, é mais carências de informação”.(D6-MR) “(...) informação muita informação” (D1-MR)*

Esta diferença e maior necessidade de informação por parte das famílias de contexto rural poderá relacionar-se com as menores habilitações literárias que encontramos nestas famílias.

Outra das necessidades comuns aos dois meios e referenciada pelos profissionais é a carência financeira de algumas famílias.

No meio rural registamos que quatro destas famílias recebem apoios do estado e da segurança social. No meio rural encontramos um maior número de famílias a receberem apoio do estado, demonstrando assim que neste contexto existem maiores carências económicas.

Realça-se em relação a este contexto rural o fato de algumas famílias evitarem gastar dinheiro nos serviços de saúde e nas deslocações, como demonstram estes registos: *“(..).tem que se deslocar para a cidade...às vezes nos transportes públicos, nem sempre há... sabe é onde estão os serviços” (D10- MR)*

*“...a grande maioria destas crianças precisam de apoios terapêuticos sempre, e às vezes evitam certas consultas (pausa), mesmo que só tenham que pagar o transporte” (D2-MR)*

Os docentes com intervenção em contexto rural referem ainda que estas necessidades de financiamento estão ligadas a coisas específicas como: cuidados médicos, transporte e ajudas de equipamentos para crianças com problemas mais graves.

*“A Família da R..., tem necessidade de algum apoio mais técnico e relacionado com os equipamentos que ela começa a usar , como é o stand frame” (D3-MR)*

A necessidade de apoio especializado e técnico, realçada por este docente, alarga-se a outras necessidades específicas relacionadas com a postura e desenvolvimento motor de algumas das crianças que nem sempre são corrigidas

e estimuladas pelas famílias por estas não receberem informações específicas de estimulação em relação ao problema do filho. “...há uma família que tem uma criança com paralisia e necessita de muita ajuda, até para saber como segurar no colo, e para estimular os sentidos... as mãos, era necessário que a fisioterapia ajuda-se mais e explica-se a mim e á mãe.” (D2-MR)

Dentro destas necessidades financeiras registadas em contexto rural encontram-se duas famílias que apresentam necessidades ao nível habitacional e que advém destas carências financeiras.

Outra das necessidades identificadas nas famílias inseridas em contexto rural, que resulta do seu maior isolamento geográfico é a necessidade destas usarem os transportes para recorrer a algumas terapias, alguns casos em transportes públicos. As famílias de meio rural têm a necessidade de recorrer aos transportes, porque a maioria dos serviços e terapias de apoio á intervenção estão em meio urbano. “(..)tem que se deslocar para a cidade...às vezes nos transportes públicos, nem sempre há... sabe é onde estão os serviços ...”(D10-MR)

Os docentes identificam ainda outra necessidade para estas famílias em meio rural, a necessidade de mais serviços e instituições de apoio, particularmente as instituições a que eles têm que recorrer por causa da problemática da criança. Desta forma podiam evitar muitas das deslocações que agora tem que fazer.

As necessidades financeiras das famílias atendidas no contexto rural que descrevemos, estão relacionadas com as próprias atividades profissionais dos pais que não lhe permitem usufruir de grandes remunerações, como refere um dos docentes: “(..) também não têm grandes salários e tem pequenos negócios, no meio pequenino ou tem famílias maiores e sabe tem gastos”(D10-MR)

Necessidades financeiras são também referidas nas entrevistas relativamente a famílias residentes em meio urbano, mas ocorrem em menor número, até porque parecem famílias mais organizadas e algumas tem mesmo capacidade para recorrer a especialidades fora das equipas. As equipas referem que as famílias com maiores carências e “...que não podem pagar, recebem apoio dos técnicos das equipas que se deslocam às instituições, como é o caso da psicologia ou terapia da fala” (D8-MU)

Nesta discussão devemos assinalar que a capacidade para pagar serviços e suportar um nível mais elevado de educação constitui um recurso fundamental, para as famílias, mas o estatuto socioeconómico elevado, só por si, não garante melhores competências. As famílias de estatuto socioeconómico mais baixo são habitualmente famílias maiores e portanto, têm necessidade de uma mais extensa rede de recursos. Estas famílias, segundo os docentes valorizando mais a solidariedade e partilha.

Quase todos os Docentes entrevistados que intervêm em meio rural ou meio urbano, referem esse aspeto, que os pais independentemente dos seus recursos necessitam de apoio ao nível das competências parentais:

*“(...) não sabem e as atitudes e competências parentais são pobres” (D7-MU)*

*“(...) tem que se deslocar para a cidade... sabem onde é que estão os serviços mas tem que ser relembradas das consultas, o nosso papel é mais de insistir porque acabam por deixar as consultas, deixar passar (D10- MR)*

Destas competências os técnicos dos dois contextos destacam a falta de autonomia de muitas destas famílias. Referem uma conceção assistencialista por parte das famílias, quando estas muita dependência dos técnicos, mesmo em relação à informação básica sobre a problemática da criança.

*“(...) a maior parte deles têm pouca autonomia porque estão muito... como é que eu hei de dizer os pais estão muito... habituados a deixar tudo nas mãos dos técnicos e dos médicos e dos educadores de infância e têm pouca autonomia.” (D9-MU)*

A maior necessidade identificada pelos técnicos em intervenção no meio urbano, é o facto de estas famílias terem pouco apoio ou nenhum da família alargada ou mesmo outras redes de apoio mais informal como são os amigos e vizinhos. Como demonstram estas três unidades de registo:

*“Alguns também não têm apoio, porque as famílias avós trabalham e os amigos trabalham. Não, agora nem os vizinhos, mal se conhecem” (D9-MU)*

*“Estas dez famílias não têm apoio de familiares...” (D5-MU)*

*“No meio urbano as famílias das crianças apoiadas têm redes sociais pobres e estão muito sós.” (D4-MU)*

A falta de tempo é outra das necessidades apontadas em relação às famílias de contexto urbano, estas tem pouca disponibilidade para dedicar aos filhos, embora os pais sejam interessados.

*“(...) é que eu acho que eles ficam mais tempo na escola só por isso porque por vontade dos pais ficavam menos tempo na escola”( D9-MU)*

Uma das necessidades que estes dados assinalam em relação às famílias de meio urbano é o fato de estas necessitarem de algum apoio psicológico. Os registos não dão as razões dessa necessidade mas percebe-se que é uma área de intervenção pouco presente nas duas equipas de meio urbano e que os profissionais veem como uma necessidade para todos na avaliação e intervenção com as famílias.

Nesta categoria encontramos alguma dificuldade por parte dos profissionais em identificar de forma correta as maiores necessidades e recursos destas famílias. Embora exista a preocupação de assinalar essas necessidades e identificar estas especificidades das famílias, estes dados são ultrapassadas pela problemática individualizada da criança. Os docentes centram muito o seu discurso naquilo que a criança, precisa e as carências que devem ultrapassar nas sessões diretas com estas.

Em suma as famílias inseridas em contexto rural apresentam um maior número de necessidades comparativamente às famílias de meio urbano.

As maiores necessidades das famílias em contexto rural situam-se nas questões financeiras, de formação e apoio técnico e especializado.

As redes informais ainda se mantem como um grande recurso para as famílias de meio rural. Apesar dos menores recursos financeiros as relações e participação da comunidade são evidentes segundo os entrevistados.

As necessidades comuns situam-se nas necessidades de informação e promoção da autonomia e competências parentais.

## **1.6. Recursos das famílias**

Relativamente a este aspeto de caracterização das famílias e as suas maiores forças encontramos várias unidades de registo que aqui apresentamos.

**Quadro 7**

<b>Meio rural</b>	<b>Unidades de registo</b>
As famílias alargadas	<p><i>D1 – e a família alargada também é uma força, nestes meios rurais”</i></p> <p><i>D10“(...)e tem o apoio dos familiares que ajudam muito... o clima familiar é bom nestas famílias”</i></p> <p><i>D3 “... pronto são os avós, nem que seja a vizinha ou a prima da vizinha, pronto é o que têm mais”</i></p>
O Clima familiar	<i>D1“o clima familiar é bom nestas famílias”</i>
A comunidade envolvente e Outras redes informais.	<p><i>D1- “são os serviços, sim os serviços que lhe dão assistência, na comunidade”</i></p> <p><i>D3 “...nem que seja a vizinha ou a prima da vizinha, pronto é o que têm mais”</i></p>
<b>Meio urbano</b>	<b>Unidades de registo</b>
A proximidade dos recursos e serviços	<i>D7 “Sim distâncias curtas na minha zona de intervenção facilitam a vida das famílias”</i>
A proximidade dos serviços de saúde Curtas distâncias de acesso aos serviços e fácil transporte	<p><i>D9 “Facilita imenso, e tem outros serviços, centro de saúde hospitais e mais terapias perto.”</i></p> <p><i>D7”...distâncias curtas na minha zona de intervenção facilitam a vida das famílias e os transportes”</i></p>
A Eli e os seus técnicos	<p><i>D8 “Não podem pagar, recebem apoio dos técnicos das equipas que se deslocam às instituições, como é o caso da psicologia ou terapia da fala”.</i></p> <p><i>D9 “... a gente consegue articular alguma permeabilidade para ir aos hospitais.”</i></p>
As instituições de educação que integram estas crianças	<i>D4 “A favor destas famílias? Têm as instituições que têm os filhos integrados”</i>
Condições habitacionais	<i>D7 Têm ...têm sim, tem condições em termos de habitação</i>

Da análise realizada em relação aos recursos das famílias de meio rural, encontramos três recursos fundamentais; a família alargada, a comunidade envolvente, vizinhos e familiares e o próprio clima familiar como refere uma das docentes.

*“(...)estas famílias tem muito apoio da família e das pessoas das freguesias, às vezes são os vizinhos que vão buscar as crianças á creche..” (D6-MR)*

As redes de apoio informais ainda se mantem como um grande recurso para as famílias de meio rural. Apesar dos menores recursos financeiros as relações e participação da comunidade está evidente.

Os docentes destacam como maior recurso das famílias de meio urbano, a proximidade de serviços de saúde, assim como um acesso fácil a nível de transportes. Estas famílias com maiores recursos financeiros, tem também boas condições de habitação.

Os recursos comuns destas famílias, anotados pelos docentes a intervir nos dois meios, são as instituições educativas e os técnicos das equipas de IP.

## II-Práticas de Intervenção das Equipas

Esta parte do nosso estudo é respeitante aos dados retirados da segunda e última parte das entrevistas aos docentes. As práticas de Intervenção dos docentes e respetivas equipas com estas famílias, vai de encontro às características e elementos diferenciadores destes contextos, rural e urbano, e leva a que a organização, decisões e planificação na equipa sejam também diferentes.

### 2.1. Domínios de intervenção das equipas

Relativamente a categoria que define os domínios de intervenção das equipas, retiramos da análise de conteúdo das dez entrevistas, várias unidades de registo que denunciam práticas diferenciadas e critérios de atuação condicionados por alguns fatores.

**Quadro 8**  
**Domínios de intervenção das equipas**

Subcategorias	Contexto	
	Meio rural	Meio urbano
<b>Educativa</b>	Todos os estes casos recebem apoio educativo de docentes	Todos os estes casos recebem apoio educativo de docentes
<b>Terapia da fala</b>	Depois da área de intervenção educativa, terapia da fala é a área de intervenção mais utilizada nas equipas,	Muitas das crianças recebem apoio de terapia da fala, algumas recebe apoio de terapeutas externos á equipa.
<b>Terapia ocupacional</b>	Muitas das crianças apoiadas recebem apoio da terapia ocupacional, é um dos domínios de maior intervenção.	A terapia ocupacional é uma das áreas de maior intervenção com as crianças
<b>Psicologia</b>	Existe intervenção com várias famílias Numa das equipas, a avaliação feita á família tem sempre a intervenção da área de psicologia	Existe pouco apoio ao nível da psicologia e apoio ao nível de formação dos pais.
<b>Saúde médicos</b>	Intervenção médica acontece apenas ao nível dos casos com hidrocefalia e problemas neurológicos, não existem médicos em permanência nas equipas de meio rural.	Uma médica faz parte da equipa e articula todas as informações de saúde com a equipa. Todas as crianças têm consultas de desenvolvimento com o médico de família.
<b>Apoio social</b>	Quatro famílias recebem apoio de assistentes sociais	Existem apenas duas famílias a receberem apoio ao nível social

Existem semelhanças e diferenças em relação aos domínios de intervenção mais utilizados pelas equipas que o quadro 8 evidencia.

Os docentes entrevistados revelaram que todos os casos dos quais são gestores têm intervenção no domínio educativo, feito por docentes.

*“A intervenção é educacional, é o principal apoio destas crianças, que são os educadores do agrupamento que dão” (D7-UM)*

Conclui-se dos dados das entrevistas que a intervenção dos docentes tem um papel central, nas intervenções com as crianças acompanhadas pelas equipas.

Quase a totalidade das crianças inseridas nas equipas tem apoio educativo, que é depois articulado com as outras terapias.

A terapia da fala é a área de intervenção mais utilizada pelas equipas, seja em contexto rural ou urbano. *“Dos doze casos, só um é que recebe terapia da fala pela equipa porque há outros que têm fora da equipa, nos sinalizamos o problema mas não podemos dar resposta a todos” (D8-MU)*

No meio urbano as famílias recorrem muitas vezes a técnicos desta área exteriores à equipa, pois nem sempre a equipa consegue dar resposta a todos os casos e de forma rápida, como é necessário em muitos casos. Estas famílias abrangidas pela ELI em meio urbano aparentam maiores condições financeiras e um acesso mais fácil e próximo das instituições.

Ao nível da área de saúde, as equipas de meio urbano referem maior articulação com as instituições, uma delas encontra-se mesmo sediada no centro de saúde da área de intervenção. Nesta ELI realizam consultas de desenvolvimento com todas as crianças e uma médica faz parte da equipa. As ELIs em contexto rural, tem as suas sedes, uma numa instituição de solidariedade social (IPSS), e outra na sede do Agrupamento de escolas da qual as docentes fazem parte.

Os docentes em intervenção no meio rural, referem que as equipas tem contatos esporádicos com os técnicos da área da saúde e estes acontecem porque alguns destes profissionais acompanham as famílias às consultas de desenvolvimento.

*“Eu fui no início do diagnóstico a uma consulta de desenvolvimento e foi aí que tive algum contato com o médico” (D6-MR)*

*“...as enfermeiras já foram a reuniões mas poucas vezes e os médicos enviam os relatórios mas não costumam estar...” (D10- MR)*

A intervenção do domínio da saúde acontece em casos mais específicos como hidrocefalia e problemas neurológicos. Estes dois registos retirados das entrevistas a dois docentes a intervir em equipas de meio rural mas equipas diferentes. Revela a pouca participação da área da saúde nestas duas equipas que não estão sediadas em centros de saúde, pode este ser um dos fatores que influencia a fraca participação no trabalho de equipa desta área de intervenção. A equipa sediada no centro de saúde destaca-se por ter uma intervenção maior e mais participativa desta área, apesar de apresentar problemáticas semelhantes às outras equipas.

O domínio de intervenção psicologia aparece muito valorizado nas equipas de meio rural, onde uma das coordenadoras de equipa é Psicóloga. Apesar deste facto influenciar o trabalho desta equipa, denota-se que não havendo docentes especializados existe a preocupação das avaliações serem realizadas pelos psicólogos. Nas avaliações e intervenções realizadas com as crianças de meio rural é frequente recorrem á área da psicologia.

Esta unidade de registo retirada da entrevista a um docente de meio rural atesta isso; *“A psicologia tem sempre, quando existe necessidade de alguma avaliação mais pormenorizada portanto a psicologia está sempre por trás serve sempre de suporte áquilo que for necessário.” (D3-MR)*

No meio urbano os docentes registam que existe pouco apoio ao nível da psicologia para as famílias atendidas, e que deveria existir muito mais. As famílias necessitam de melhorar as suas competências parentais e os técnicos de IP expressam a ideia que a psicologia podia ajudar.

*“Não temos psicóloga, nem temos ninguém especializado e ás vezes é difícil, fazer a avaliação das crianças e famílias e usar algumas escalas, podia ajudar para compreender melhor certos problemas.” (D5-MU)*

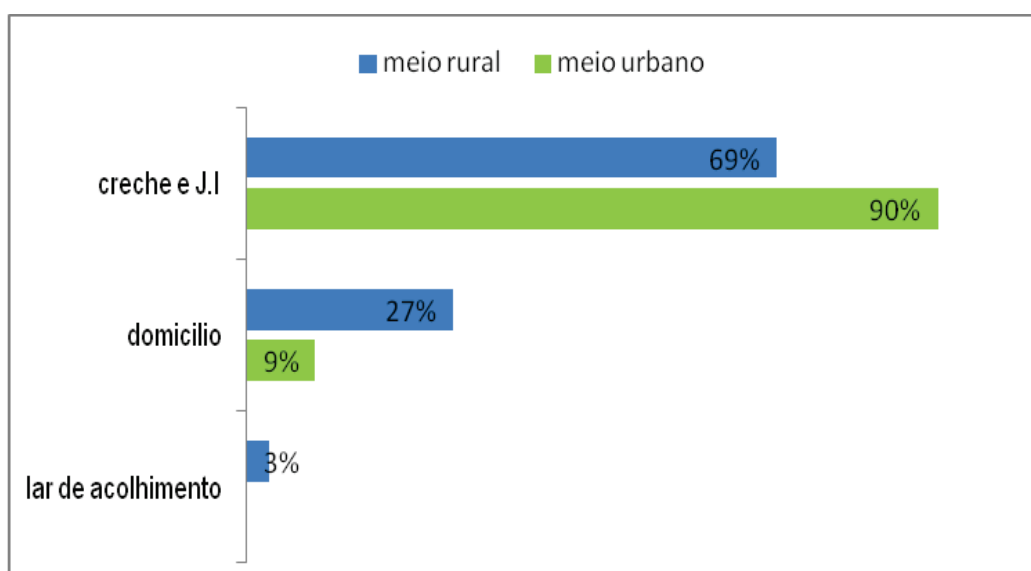
Os domínios de intervenção mais utilizados pelas equipas que intervém em meio rural ou meio urbano é claramente a área educativa e terapia da fala.

No contexto rural as equipas recorrem mais ao apoio da psicologia e menos á área da saúde, contrariamente as equipa a intervir em contexto urbano utilizam com frequência a área da saúde e pouco a psicologia embora reconheçam a sua necessidade.

## 2.2. Locais de Intervenção

O gráfico apresentado em percentagem pretende destacar as diferenças mais acentuadas tornando mais fácil a leitura comparativa nos dois locais de intervenção.

**Figura II**  
**Locais de Intervenção**



O número de casos em domicílio é relativamente próximo, de cinco para nove, meio urbano e meio rural respetivamente, mas dentro do universo do estudo o seu peso é muito maior.

As equipas analisadas neste estudo realizam a grande maioria das suas intervenções em instituições educativas onde as crianças estão integradas, creches e Jardim de Infância. Como podemos observar na figura II no caso das crianças em contexto urbano essa intervenção em instituições acontece em 90% dos casos.

Os domicílios realizados ocorrem mais frequentemente em meio rural cerca de 27% das crianças. No meio urbano esse número desce para apenas 9% que corresponde às cinco crianças num universo de cinquenta e cinco famílias.

Regista-se ainda o fato de haver registo de intervenções feitas pelas docentes em lar de acolhimento, ambiente onde as essas crianças estão inseridas, também este apoio deverá ser considerado domicílio, dado ser o espaço familiar onde a criança se integra atualmente.

Da análise feita às entrevistas não se verificou se haveria algum caso em que o apoio prestado incluísse dois ambientes onde a criança esteja integrada, Jardim-de-infância e domicílio.

Encerramos estes dados resumindo que a grande maioria destes docentes realizam as suas intervenções em instituições, jardim-de-infância e creche independentemente dos contextos de intervenção. Os domicílios realizados ocorrem em maior número e de forma mais frequentemente em meio rural.

### **2.3.Frequência da intervenção com as crianças**

Nos registo retirados das entrevistas em relação a esta temática verificamos que as equipas em meio rural realizam as suas intervenções as crianças e famílias uma vez por semana, embora existam casos em que a frequência seja de duas sessões semanais. O número e tempo das sessões têm a ver com a problemática da criança, o horário de intervenção é decidida em equipa. Um dos docentes em meio rural reforça este fato afirmando: *“Tem a ver com a problemática da criança, as maiores horas, a maior carga horária que é dada tem a ver com a problemática mas isso depois é tudo visto e decidido em equipa ...”* (D2-MR)

Em contexto urbano a intervenção nas instituições, creche e jardim-de-infância decorre duas vezes por semana com as crianças, em sessões de 45 minutos, embora haja casos de três blocos. Os cinco docentes de meio urbano aparentam maior homogeneidade em relação ao número de sessões semanais e o tempo estipulado para cada uma delas.

Mas existem indicadores que vêm denunciar alguma autonomia na gestão deste tempo por parte dos profissionais de IP, tanto no meio rural como urbano: *“A mínima que nós fazemos são duas intervenções por semana, cada uma de quarenta e cinco minutos por vezes (pausa) ... eu visito duas vezes a mesma instituição em módulos de quarenta e cinco minutos mas por vezes junto os dois quarenta e cinco minutos, em noventa minutos”* (D9-UM)

No contexto rural as equipas tem menos sessões mas estas ocorrem por um período mais longo de tempo e não tão rígido, comparativamente ao meio urbano, sobretudo quando as intervenções são no domicílio.

A docente de meio rural refere: “(...) eu estou lá mais para falar com a mãe em dar apoio é uma mãe que não sai de casa só sai uma vez por semana de casa para ir com a filha ao centro de paralisia cerebral de resto está sempre em casa ou então só sai para consultas com a menina, estou mais tempo quando vou a casa”.(D6-MR)

Os domicílios realizados em maior número, pelas equipas em meio rural, parecem despende mais tempo aos profissionais das equipas, assim como o tempo de deslocação entre instituições e domicílios que implicam maiores distâncias, em comparação com o meio urbano onde as Instituições e espaço físico está mais concentrado, como demonstra este registo:

“Aqui fica tudo perto, não se perde muito tempo a ir de um lado para o outro, as creches estão perto.” (D9-UM)

No entanto o horário e número de casos também influenciam o tempo e quantidade de intervenções como demonstra este registo retirado de uma das entrevistas de meio rural:

**D2-** “Mediante as muitas crianças que temos, apenas uma vez por semana e pronto dependendo da carga horária mas normalmente fazemos uma vez por semana.”

**E-** “É uma vez? Mesmo que as famílias de meio rural não tenham um acesso facilitado em termos educacionais, ou outras terapias?”

**E-** “Não adaptam dessa forma, a frequência ou prática?”

**D2-** “Adaptamos mas dependendo da problemática da criança adaptamos porque é assim... se a criança depois de uma avaliação feita se achamos que ela beneficiará de mais tempo connosco nós atribuímos mais tempo mas pronto tudo isto é visto conforme a problemática da criança”

#### **2.4. A frequência dos contatos com as famílias**

A frequência do contato destes profissionais com a criança, ajuda a caracterizar as práticas e organização das equipas.

**Quadro 9**  
**Formato dos encontros entre as famílias e os docentes de IP**

Subcategorias	Contexto	
	Meio rural	Meio urbano
Reuniões Formais	Realizam-se reuniões formais uma a duas vezes por ano com as famílias	Os técnicos da equipa encontram-se formalmente 3 vezes por ano
Encontros Informais	Nas instituições desenvolvem-se vários encontros informais  O domicílio permite um contato mais direto e informal com a família	Os contatos são muitas vezes feitos através de correio eletrónico.  Os encontros informais ocorrem com as famílias nas instituições onde estão integradas as crianças, nas entradas e saídas.

Na questão colocada aos docentes sobre a frequência de contato com as famílias conseguimos através da análise de conteúdo retirar duas subcategorias que englobam duas formas distintas de realizar esses contatos; reuniões formais e encontros informais.

Nos dois contextos encontramos diversos indicadores que demonstram um contato muito esporádico com as famílias, no entanto ele evidencia um formato mais formal no meio urbano e mais informal no contexto rural.

Os profissionais em meio urbano têm esses encontros estruturados e realizam três reuniões por ano com a família, no final de cada período. No entanto dão muita importância aos encontros informais com as famílias, que pode ocorrer sempre que necessário. Os três docentes entrevistados numa das equipas (D7, D8 e D9) referem a este propósito:

*“Nós temos as reuniões periódicas e depois sempre que seja necessário, temos sempre no início do ano e pronto depois temos a meio do ano e depois no final do ano, pelo menos... pelo menos três vezes por ano e depois com a frequência que nós acharmos, conforme as necessidades”*

*“Não, não geralmente é feito uma trimestralmente (pausa) nas épocas normais Natal, Pascoa e fim de ano ou então quando nós necessitamos de alterar alguma coisa”*

Os docentes em meio rural defendem também o aspeto informal do contato com os pais mas realizam menos reuniões formais com a família ao longo deste

processo. No entanto não existe uma norma decidida em equipa, quanto á frequência desses encontros, como acontece nas equipas de meio urbano, os docentes parecem ter aqui maior autonomia, como demonstram estas unidades de registo:

*“(...) é conforme... conforme as necessidades das famílias mas normalmente fazemos a avaliação uma vez por mês com as famílias”(D6-MU)*

*“(...) normalmente nós traçamos e falamos com eles de mês e meio a mês e meio ou de dois em dois meses mas se houver necessidade as famílias ou contactam-nos a nós tem essa via sempre disponível ou então somos nós realmente a contactar”(D1- MR)*

*“Acho que é só quando há necessidade (pausa) depois há aqueles pais que até vão ao jardim quase diariamente e sempre que nós lá estamos acabamos sempre por conversar”(MR-D3)*

*“(...) por exemplo acabo por ver a família quando vou assistir a uma terapia fora do contexto de jardim de infância tais terapias que eu ainda só não fui a uma criança de resto fui a todas as crianças ver”(MR-D6)*

Os docentes entrevistados nos dois contextos expressam nitidamente nos registos precedentes que os encontros surgem sempre que haja necessidade, embora esperem que essa iniciativa venha das famílias.

Estes contatos formais acontecem nestas equipas, apenas no período de referenciação da problemática e planificação dos planos e depois no final do processo com a avaliação e elaboração dos relatórios.

Desses encontros faz parte a elaboração dos Planos Individuais de Intervenção Precoce (PII) como legalmente<sup>5</sup> se impõe e nos quais os pais são parceiros como confirmam alguns dos docentes: *“(...) os PIIP são feitos com a família e isto só faz sentido se a família for um elemento em parceria e colaboração portanto temos sempre que trabalhar todos em conjunto (...)”(D4-UM)*

*“ Sim, sim já fazem parte do plano individual de intervenção e tem os seus objetivos a serem trabalhados” (MR-D1)*

---

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 281/2009 Artigo 8º.

Os contatos com as famílias têm um caráter formal e informal. No meio urbano os encontros formais ocorrem três vezes por ano e conforme as necessidades das famílias. No meio rural a frequência dos encontros é em muitos casos mensal.

## **2.5. Envolvimento das famílias nas intervenções**

Ao abordarmos os profissionais quanto ao envolvimento das famílias nas sessões de intervenção registamos que três das famílias de meio rural a receber apoio ao domicílio participam nas sessões. Nas sessões em domicílio também participam algumas vezes os avós das crianças.

*“(...) tenho que adaptar necessidades do domicílio, às possibilidades que o domicílio me presta, procuro envolver as famílias (...)”* (D10-MR) O domicílio é colocado por este docente como uma estratégia que pode possibilitar a envolvimento dos pais.

Um dos docentes entrevistados assinala que os pais participam em atividades na escola mas não nas sessões diretas com as crianças.

Entende-se da exposição dos docentes que a participação das famílias nas sessões, sobretudo aquelas que são realizadas nas instituições é quase nula, não havendo iniciativas no sentido de envolver mais as famílias. Como no contexto urbano os domicílios são residuais o envolvimento e participação dos pais neste contexto é quase inexistente.

Nas sessões realizadas em instituições alguns docentes referem que esse apoio é muito individualizado:

*“Quando vou as instituições é pouco tempo e prefiro fazer trabalho muito específico de estimulação com a criança”* (D8-MU)

*“O trabalho na creche tem que ser só para a criança, embora às vezes ajude a criança na integração das atividades de rotina da sala, presenças e tarefas.”* (D1-MR)

*“A educadora da sala fala muito comigo e depois também transmite aos pais, mas nunca participaram na intervenção da creche.”* (D3-MR)

Das transcrições e análises realizadas surgiu um indicador de opinião que parece pertinente e que foi exposto por dois docentes que tem experiência com os dois contextos:

*“E - E dessa experiencia que tem quais são as famílias que considera mais participativas? Em termos de intervenção, meio rural ou meio urbano?”*

*“D1- muito equiparado isso tem a ver com a estrutura e organização familiar de cada família.”*

*“D2- (...) qualquer das maneiras acho que no meio urbano as famílias são mais ... quer dizer que são mais interessadas (pausa) pelo menos mais participativas, mas não mais presentes”*

*D6-“(...) do meio rural algumas porque realmente estão com as crianças praticamente o dia inteiro não é? Se calhar por maior disponibilidade de tempo no meio rural... e outras no meio urbano é mais difícil temo-las como parceiras, não as temos tão presentes quanto achamos que era necessário.”*

Os docentes em meio urbano referem que a organização das famílias e a disponibilidade de tempo influencia a sua participação e presença nas sessões, apesar do empenho demonstrado de forma semelhante nos dois contextos.

## **2.6. Promoção de redes sociais entre famílias intervencionadas**

*“Nós não temos tido a oportunidade de fazer...nós educações não faz”.  
“Pensamos nisso está a pensar nisso mas não, não levamos ainda nada, mas estamos a pensar nisso”(D5-MR)*

Estas são duas unidades de registo que ilustram a totalidade das 10 respostas dadas pelos docentes em relação a esta prática das equipas, no envolvimento das famílias.

Nenhuma das equipas promove ou promoveu encontros de pais ou redes sociais entre os casos atendidos. Existe a convicção que *“essa parte, eu sinto que a equipa tem de facto trabalhar mais” (D4-UM)*, embora existam equipas em que os planos anuais preveem estas atividades, estas ainda não foram concretizadas.

A promoção destes diálogos e grupos de pais, abrange apenas a divulgação de formação e encontros externos á equipa.

Um dos docentes em contexto urbano declara: *“(...) não senti muita abertura na equipa para grupos de pais.” (D7-MU)*

*“(...) os pais em rede é uma questão que eu já dei a algumas famílias já colaboraram mas não sinto de facto essa parte ainda trabalhada a cem por cento acho que é (pausa) é o maior handicap.” (D4-UM)*

As famílias inseridas em dois contextos diferentes, com necessidades divergentes em termos de informação e instituições de apoio desiguais não recebem das equipas qualquer formação ou encontros de discussão entre eles.

## **2.7. Mobilização de serviços da comunidade para apoio às famílias**

Depois do enquadramento teórico realizado em relação á importância da comunidade no desenvolvimento das práticas das equipas, analisamos os dados que obtivemos em relação á mobilização e integração destes recursos nos programas de IP das equipas a intervir em contextos diferentes.

Os técnicos mencionam que as equipas que integram, cingem os apoios e recursos da comunidade para estas famílias às “instituições com as quais tem parcerias”. A mobilização desses grupos e associações presentes no contexto que envolvem as famílias não é feito pela equipa mas muitas vezes diretamente pelas famílias. *“(...) há algumas crianças que têm atividades fora, aí que sejam apoios acrescidos ou seja atividades lúdicas isso são os pais que procuram.” (D8-MU)*

De acordo com as entrevistas as equipas de meio rural disponibilizam mais apoios nos domicílios e nas instituições educativas onde as crianças estão integradas, como são exemplo a terapia da fala, para evitar as deslocações das famílias.

Um dos aspetos salientados por um dos docentes em meio Urbano é o facto das famílias demonstrarem confiança em relação aos técnicos da equipa.

*“(...) quando não há terapeutas da ELI... mas mesmo assim eles preferem a ELI, recorrerem a alguns terapeutas particulares mas eu penso que não vão mais, por uma questão monetária, mas por uma questão de confiança, pronto até porque já tinham estado com a intervenção precoce e algum deles já conhecem.” (D8-UM)*

As equipas de meio urbano demonstram dificuldades em dar resposta a todas as solicitações das famílias, tem poucos recursos humanos para a quantidade de famílias abrangidas.

Os docentes integrados nas equipas em contexto rural sempre que necessário encaminham as famílias para instituições da comunidade, pois aparentam ter uma relação mais próxima e informal com estas.

As famílias de meio rural tem por hábito procurarem as instituições mais próximas, localmente, muitos dos seus benefícios e participando nas atividades e instituições locais.

Nestes contextos de meio rural verifica-se alguma alteração nas pessoas que aqui vivem, que tradicionalmente não estavam nestes meio rural e se deslocizam para estas zonas pela primeira vez, quebrando a tradição de continuação familiar nos espaços de meio rural.

*“As famílias rurais gostam de participar nas festas ajudam-se muito e conhecem muito bem as pessoas que estão á sua volta, mas agora já tem muitas famílias novas nessas zonas rurais” (D10-MR)*

## CAPITULO IV

### CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

O presente estudo pretendeu identificar diferenças e semelhanças nas práticas de equipas de IP em função do contexto (rural e urbano) e as características das famílias intervencionadas. Procurou-se saber se estas variáveis influenciaram as decisões dos docentes de IP em que medida serão estas adequadas á legislação atual e ao modelo centrado na família e comunidade que a rodeia.

A inexistência de estudos comparativos sobre as práticas das equipas nos diferentes contextos torna mais relevante este estudo, mas também deixa em aberto novas hipóteses para futuras investigação desta temática.

Um dos objetivos primeiros foi o de caracterizar as representações dos técnicos de IP sobre estas famílias, reconhecendo que os contextos em que se inserem são diferentes.

Dos dados obtidos para caraterização geral das famílias surgiram algumas conclusões mais significativas que devemos destacar:

As famílias de meio urbano possuem habilitações literárias mais elevadas, que as famílias de meio rural. Este aspeto reflete-se na maior autonomia financeira demonstrada por muitas das famílias deste contexto que procuram mais os serviços de forma autónoma, comparativamente com as famílias de meios rurais. Por acharem as famílias de meio urbano são mais autónomas e com muitos recursos, os docentes a intervir em meio urbano fazem um trabalho com maior incidência na criança, em vez de optarem por uma prática mais centrada na família..

*“Apoiar e capacitar os pais nas respostas às necessidades da família como um todo conduz a um equilíbrio que permite aos pais uma maior disponibilidade em termos de tempo, mais energia e recursos, no sentido de proporcionar o bem-estar a todos os membros da família “(Correia & Serrano, 2000, p21).*

As famílias de meio rural procuram muito os técnicos das equipas e revelam-se menos capazes para resolver os seus problemas, tem menos competências parentais.

Relativamente á identificação das necessidades e forças destas famílias inseridas nos dois contextos as respostas dadas levam-nos a dizer que:

- As famílias inseridas em contexto urbano têm necessidades ao nível do apoio familiar e outras redes informais.
- A maior necessidade identificada pelos docentes em intervenção em contextos rurais está relacionada com as condições económicas das famílias.
- Os profissionais de IP têm papel decisivo na criação de competências parentais de autorregulação, junto das famílias de contextos mais carenciados. O nosso estudo assinala que a prática destas equipas, inseridas em meio rural vai de encontro a estas necessidades, pois é no meio rural que o apoio ao nível social e económico é mais evidente.

As famílias na generalidade independentemente dos contextos apresentam dificuldades ao nível das competências parentais e rotinas familiares. Seria importante que nas práticas destes docentes e destas equipas se procurassem alternativas para a intervenção em instituições, intercalando com intervenções ao domicílio, identificando de forma melhorada as deficiências e competências familiares, responsabilizando mais cada um dos prestadores de cuidados, levando-os a estar mais envolvidos, enfrentando melhor as dificuldades e problemas.

As visitas e intervenções domiciliares podem permitir uma melhor identificação das necessidades e recursos das famílias e compreender melhor os critérios de referência de algumas crianças, como; desorganização familiar, conflitualidade familiar frequente; negligência da habitação a nível da organização do espaço e da higiene.

As oportunidades de aprendizagem são maiores nestes encontros em domicílio, estão presentes em muitos casos, elementos da família alargada, que muitas vezes tem um papel fundamental na educação e estimulação destas crianças. Estes elementos vão estar melhor preparados para receber e estimular a criança diariamente e ajudar o núcleo familiar que a integra. Estas pessoas que passam mais tempo com a criança podem ser um instrumento impulsionador importante para a criança e uma ajuda preciosa para o sucesso.

A intervenção em domicílio implica, valorizar o trabalho desenvolvido com a família no sentido de se delinearem, em parceria, linhas de orientação para o desenvolvimento da criança. Assim, a verdadeira intervenção deve centrar-se no resultado das interações que se estabelecem com a família, no sentido de que esta desenvolva atividades específicas e significativas com os seus filhos.

A Intervenção Precoce deve intervir no desenvolvimento de melhores atitudes parentais relativamente a eles mesmos e ao seu filho.

Uma das soluções será a formação informal com os pais, em que eles observam a intervenção dos técnicos e seguem os seus exemplos, durante as sessões. As atividades de estimulação motora e sensorial programada em alguns planos individuais de intervenção e muitas vezes é aplicada pelos docentes, pode ser reforçada pelos pais se estes tiverem orientações e atividades concretas, como registamos numa das entrevistas: *“(...) no domicilio eu tenho ensinado uma mãe a estimular o seu menino... e até deixei lá alguns brinquedos que a equipa tem na sede”*(D6-MR) Esta intervenção e prática deve levar a família a criar competências e autonomia, não dependência em relação ao técnico, promovendo uma prática centrada na família.

A partilha sobre as sessões e trabalho realizado semanalmente, deveria ter uma atenção maior por parte dos profissionais, servindo de estratégia para melhorar as competências parentais que estes vem como necessidade, nos dois contextos de intervenção, onde existe este défice.

A elaboração do PIAF é um instrumento importante para acentuar esta partilha e para o estabelecimento de práticas centradas na família, deveria constituir-se como um processo contínuo de tomada de decisões conjuntas, o que não acontece na maioria dos casos aqui descritos. A elaboração do PIAF que deve contemplar a articulação de vários elementos que analisados em conjunto, conduzam ao desenvolvimento e à implementação do plano, deve ter consequências ao nível da capacitação e da corresponsabilização da família.

- Outra das necessidades que aparece nas famílias de meio rural e meio urbano é a falta de informação que os pais evidenciam em relação a legislação e serviços.

Esta necessidade registada pelos docentes nos dois contextos, é resolvida por estes com uma ação direta, facultando algum material e dando informações

concretas quando interpolados. As equipas e os seus profissionais deveriam criar mecanismos que permitam autonomizar as famílias, no início do processo de referenciação das crianças. Estas famílias poderiam também ter acesso a grupos de formação sobre problemáticas específicas, assim como outros grupos de partilha, que lhe desse acesso a mais informações.

- O profissional de IP deve atuar nos contextos naturais como, a família, ou a comunidade, mas que pode incluir, nomeadamente, rotinas, brincadeiras, festas etc. cenários que facilitem o dia-a-dia.

Estas famílias têm contextos e rotinas próprias que os profissionais devem identificar, os dados que recolhemos indicam essa necessidade de proceder a avaliação mais atenta das necessidades e recursos das famílias. Estas deverão constar de forma mais clara nos planos de apoio às famílias, pois os docentes demonstram alguma dificuldade em identifica-las.

- A avaliação que é feita, quanto às necessidades das famílias não abrange em muitos casos a família alargada, não incluem alguns dos familiares que por vezes estão envolvidos com a criança, como ficaram demonstram alguns registos do estudo.

A descrição dos contextos em que ocorre o desenvolvimento é necessário à compreensão dos problemas de desenvolvimento e à eventual elaboração de programas de intervenção precoce. Os docentes de meio rural identificaram vários familiares e até elementos da comunidade, como vizinhos e amigos que apoiam as famílias, identificando-os como um recurso, um valor acrescentado para a família.

- Da análise realizada em relação aos recursos das famílias de meio rural, comprovamos que todos eles estão relacionados com as relações estabelecidas com o meio envolvente e a comunidade.

A família alargada, a comunidade envolvente, vizinhos e familiares e o próprio clima familiar são para os docentes participantes o maior recurso das famílias inseridas neste contexto. As redes informais ainda se mantem como um grande recurso para as famílias de meio rural.

Relativamente às práticas destas equipas e a adequação às recomendações para práticas de qualidade, centradas na família e comunidade.

- Os docentes em intervenção no meio urbano demonstram sensibilidade em relação, á pouca disponibilidade destas famílias e tentam colmatar isso nas sessões com a criança.

Motivar as famílias de meio urbano para uma maior participação e envolvimento nessas sessões com a adaptação de alguns horários, talvez levasse á correção de rotinas e comportamentos em que a gestão do tempo fosse melhorada.

- No meio urbano, os horários de intervenção dos docentes parecem muito rígidos, a sua adaptação aos desejos de certas famílias em acompanhar mais as sessões de intervenção, não parece prática comum.

A ideia das equipas recorrerem mais a horários pós laborais seria uma estratégia que permitiria envolver mais as famílias, apesar da autonomia que estas demonstram. Os técnicos a intervir em meio rural demonstram neste âmbito maior flexibilidade nos seus horários e realizam um maior número de domicílios, que exige mais flexibilidade e disponibilidade de tempo. Aqui as práticas parecem mais adequadas, pois permite uma envolvência maior de algumas destas famílias, que tem possibilidade de participar nas sessões.

As práticas dos docentes em contexto rural revelam que estes têm maior autonomia na gestão do tempo de sessão com a criança ou família. Os encontros informais com as famílias são mais valorizados nos dois contextos de intervenção que fazem parte do estudo. Esta prática adequa-se mais á necessidades específicas destas famílias que são menos informadas e mais isoladas como foi referido por alguns docentes, precisam de um apoio mais individualizado e próximo. A integração de famílias alargadas em algumas sessões faz com que os docentes a intervir em contexto rural tenham que ter maior disponibilidade de tempo, para integrar todos estes elementos nas tarefas diárias relacionadas com a estimulação da criança. Estes elementos de família alargada ajudem também a cumprir os objetivos dos programas individuais.

- A participação das famílias que estes docentes apoiam, nas sessões de intervenção com a criança, é muito pequena.

A frequência dos encontros destes docentes com as famílias restringe-se a três ou quatro encontros anuais ou encontros furtivos e informais, independentemente dos contextos, embora no contexto rural esta participação seja maior pois os casos de domicílio praticamente só existem no meio rural.

As intervenções realizadas nas instituições não contam com a presença dos pais. Nos dois contextos de intervenção destes docentes fica demonstrado que as intervenções realizadas nas instituições educativas onde as crianças estão integradas, estes focalizam o seu apoio na criança, algumas vezes fora do ambiente e rotina do grupo onde a criança se movimenta diariamente.

Apesar das recomendações teóricas para práticas de qualidade centradas na família, verificamos que estas fazem parte das preocupações destes docentes, mas nem sempre são implementadas. A problemática da criança parece ser ainda o ponto mais importante dos programas e planos de intervenção e mesmo o critério decisivo para delinear a duração e frequência das intervenções, seja em contexto urbano ou rural.

Concluimos ainda deste estudo que os domicílios têm potencialidades para quem o realiza, nas entrevistas os docentes demonstraram que a presença da família permite que estes compreendam melhor todo o processo e atividades desenvolvidas.

- Existe ainda uma dificuldade em alguns profissionais em aplicar efetivamente uma prática, centrada na família, que terá a ver, por com o ajuste de formação dos próprios profissionais, a este papel de verdadeira parceria e de transferência do poder de decisão para a família, que em teoria sabem ser o mais correto, não estar ainda completamente assumido e apenas existir em termos de desejo.

A adequação legislativa nos dois contextos analisados resulta a existência efetiva da figura do gestor de caso. Estes técnicos de referência facilitam a proximidade e confiança das famílias, pois estas criam uma relação mais rotineira que lhe permite expor as suas preocupações.

- Estas equipas presentes nos dois contextos estudados demonstram ter práticas e estratégias com o objetivo de sinalizar e prevenir ou mesmo “reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento” tal como define o Decreto-Lei 281/2009. Existem casos em que não existe definição concreta de diagnóstico mas a intervenção é iniciada, o que denota preocupação em atuar ao mesmo tempo que é feito um diagnóstico mais preciso.

*“Tenho um atraso que é mais grave ainda nem se sabe bem o que é... o que a criança tem”* ( D10- MR) .

Relativamente a um objetivo delineados neste estudo de conhecer a relação destes profissionais com as diferentes instituições da comunidade verificamos que esta se cinge às parcerias já registadas com a equipa.

- No contexto rural verificamos uma maior procura das instituições e de forma mais informal, mas nos dois contextos, verificamos a iniciativa de procurar as instituições da comunidade, parte muitas vezes da iniciativa da família e por razões relacionadas com a problemática da criança.

As famílias de meio rural têm menos instituições e serviços, mas como definimos no enquadramento teórico sobre o conceito de ruralidade estas têm maior “vivência social” e participam mais nas instituições.

Apesar das características distintas, das famílias de meio rural e meio urbano a adequação das práticas por parte dos profissionais de IP a essas formas de vida; necessidade, recursos e características sociais, terá que haver uma avaliação mais individualizada das famílias. Otimização os recursos da comunidade e as potencialidades que muitos destes meios têm.

A presente investigação tem as suas limitações que achamos pertinente identificar. Uma das maiores limitações deveu-se ao universo e amostra representada que teve apenas, em conta as opiniões e avaliação de um grupo a profissional (docentes) e as suas representações em relação a outros profissionais, mas também em relação às famílias envolvidas.

Inserir a opinião e resposta direta dos agregados familiares seria uma mais-valia, onde a qualidade e adequação das práticas seria visto com maior imparcialidade.

No universo das famílias atendidas encontramos muitas características comuns, fruto da cada vez maior influencia que o meio urbano produz sobre o meio rural, neste estudo os contextos estão muito próximos e por isso mais difusos. Em estudos posteriores seria importante integrar contextos mais dispersos geograficamente ao nível do nosso país, abrangendo equipas que estejam a trabalhar em meios mais isolados e com famílias mais ruralizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostinho, K., (2010). *Formas de participação das crianças na educação infantil*. Braga, Universidade do Minho. Instituto de Estudos da Criança.
- Almeida, I., (2004). *Intervenção precoce: Focada na criança ou centrada na família e na comunidade? Análise psicológica*, vol. XII. Pp.65-70
- Bairrão, J. & Almeida, I.C. (2002). *Contributos para o estudo das práticas de intervenção precoce em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação
- Bairrão, J. (2005). *Textos selecionados*. Escola Superior de Educação de Lisboa
- Bairrão, J., & Almeida, I. C. (2003). *Questões atuais em intervenção precoce*. *Psicologia*, pp15-29.
- Bogdan, R; Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Coleção ciências da educação, Porto: Porto Editora
- Brazelton T, Cramer B. (1989). *A Relação mais precoce: os pais, os bebés e a intervenção precoce*. Lisboa: Terramar;
- Carmo, H.; Ferreira, M. (2008). *Metodologia da investigação- guia para autoaprendizagem*. (2ª edição) Lisboa: Universidade Aberta.
- Claval, P. (1987) *Geografia do homem; cultura, economia, sociedade*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Costa, Pedro (1993) *Cidades e urbanização em Portugal: Uma sociologia, Geografia ou economia urbanas?* Centro de Investigação em sociologia económica e das organizações. Lisboa. Instituto superior de economia e gestão da universidade técnica de Lisboa.
- Correia, L. M. & Serrano, A. M. (2000). *Envolvimento parental em Intervenção precoce: Das práticas centradas na criança às práticas centradas na família*. Porto: Porto Editora.

Cruz, A.I. (coord.), Fontes, F. & Carvalho, M.L. (2003). *Avaliação da satisfação das famílias apoiadas pelo PIIP: resultados da aplicação da escala ESFIP*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação das Pessoas com Deficiência.

European Agency for Development in Special Needs Education (2005) *“Intervenção Precoce na Infância Análise das Situações na Europa” Aspectos – Chave e Recomendações*.

Fernandes, N. & Tomás, C. (2004). *“Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da Infância...os intricados trilhos da ação, da participação e do protagonismo social e político da Infância”*. Perspetivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições Asa, pp 35-62.

Ferrão, J. (2000) *Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro*. Instituto de ciências sociais. Sociologia, problemas e práticas, n.º 33, 45-54.

Ferreira, M. (2002). *Tese de doutoramento- A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos! As crianças como atores sociais e a (re) organização social do grupo deparam no quotidiano de um jardim-de-infância*. Porto: FPCE.

Franco, V.& Apolónio, A. (2008) *Avaliação do impacto da intervenção precoce no Alentejo: criança, família e comunidade*. Administração Regional Saúde do Alentejo, Instituto Público. Évora

Fuertes, M. (2011). *A outra face da investigação: Histórias de vida e práticas de intervenção precoce. Da investigação às práticas*. Lisboa: 89-109.

Fuertes, M. (s.d.). *Vários olhares sobre as diferenças na vinculação e contributos para a intervenção precoce*. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Lisboa.

Gronita, J ; Matos, C.; Pimentel, J.; Marques, J.(2011) *Intervenção precoce, processo de construção de boas práticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gronita, J., Pimentel, J.S., Matos, C., Bernardo, A. C. & Marques, J. (2009). *Os nossos filhos são diferentes: como podem os pais lidar com uma criança com deficiência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Miranda, M., (2002). A família como primeiro espaço educativo. *Cadernos de Educação de Infância*, 52, pp 11-15.

Monteiro, L., (2006), *Educação e direitos da criança: perspetiva histórica e desafios pedagógicos*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia.

Nayana B. N. (2009) *A cidade (re)criada pelo Imaginário e cultura lúdica das crianças, Um estudo em sociologia da infância*. Braga: Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho.

Pereira, B. (1999). *Saberes sobre as crianças*. In M. Pinto e J. Sarmiento. *As crianças, o lazer e os tempos livres*. Braga. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança: pp 85-107

Pimentel, J. (2005). *Intervenção focada na família desejo ou realidade*. Secretariado nacional para a reabilitação e integração das pessoas com deficiência. Lisboa.

Pimentel, J. S. (1999). Reflexões sobre a avaliação de programas de intervenção precoce. *Análise Psicológica*, 1 (XVII), pp143-152.

Quivy, R. & Campenhoudt, L., (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa. Gradiva Publicações.

Rodrigues, W.(1998)"*Emergencia de novos estilos de vida na cidade, atas do coloquio, viver na cidade*, Lisboa. ISCTE: pp49-58

Sarmiento, M. (2000), *A Sociologia da Infância: correntes, problemáticas e controvérsias Sociedade e Cultura. Cadernos do Noroeste. Série Sociologia. Vol. 13 (2): pp145-164*

Sarmiento, M. Pinto, (1997). *As crianças contextos e identidades. PIIP (projeto de Investigação sobre a infância em Portugal)*, Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. pp. 09-28.

Sarmiento, M., & Gouveia, M., (2008), *Estudos da Infância: Educação e práticas sociais*. Petrópolis. Coleção Ciências Sociais da Educação.

Serrano, A. M. (2007). *Redes sociais de apoio e sua relevância para a intervenção precoce*. Porto: Porto Editora.

Sirota, R., (2001). *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. São Paulo. Cadernos de pesquisa.

Soares, N. (2006), *A Investigação participativa no grupo social da infância. Currículo sem fronteiras*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de estudos da Criança.

Sousa. L & Ribeiro, C. (2005). *Perceção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências*. Lisboa: Psicologia, vol. XIX (1-2). Edições colibri: pp169-191

Spodek, B. (2002). *Manual de investigação em educação de infância*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Tomás, C. (2008). *A investigação sociológica com criança: caminhos, fronteiras e travessias. Pesquisa- intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: FAPERJ.

### **Documentos eletrónicos consultados**

ANIP- Associação Nacional de Intervenção Precoce (2007)- *Pareceres de Peritos, nacionais, em Intervenção Precoce*: Joaquim Bairrão Ruivo; Ana Isabel Mota Pinto e Catarina Rodrigues; Maria Teresa Machado Brandão; Paula Coelho Santos; Ana Maria Serrano.

SNIPi, Sistema Nacional de Intervenção Precoce. Manual técnico das ELIs (2010), documentos encaminhados para as ELIs pela Comissão de C ordenação(C.C) do SNIPi

[www.infopedia.pt/sociologia-da-familia](http://www.infopedia.pt/sociologia-da-familia)>. *Sociologia da família*.

[www.territorioportugal.pt](http://www.territorioportugal.pt) e [http://www.leader.pt/PDF/Territorio\\_V1.pdf](http://www.leader.pt/PDF/Territorio_V1.pdf)  
PNPOT\_-Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Relatório de Apuramento e Ponderação dos Resultados da Discussão Pública (2004). DGOTDU- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

<http://www.european-agency.org/publications/ereports/multicultural-diversity-and-special-needs-education/Multicultural-Diversity-PT.pdf>

[Www.scielo.com](http://www.scielo.com)

[www.ceacf.pt](http://www.ceacf.pt) Marques, T. EFATIP –/2007

<http://www.cnedu.pt>

<http://www.wiley.com/bw/journal.asp?ref=0951-0605> Marques, T. (2007) EFATIP – CEACF

[www.cm-tvedras.pt/ficheiros/pdfs/pré diagnostico](http://www.cm-tvedras.pt/ficheiros/pdfs/pré_diagnostico)

[http://www.cm-amadora.pt/-\\_avalição do programa de rede social](http://www.cm-amadora.pt/-_avaliacao_do_programa_de_rede_social)

Camara Municipal de Oeiras; [www.jorgebarretoxavier.com](http://www.jorgebarretoxavier.com)

[www.unicef.com](http://www.unicef.com) ; UNICEF, (1989) Convenção sobre os Direitos da Criança

[www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre](http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre)

Vale, A. (2005). –II simpósio internacional de geografia agrária unesp.rio claro  
Marques, m.i.m. [O\\_conceito\\_de\\_espa\\_o\\_rural\\_em\\_questao.pdf](#). O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre. São Paulo (consultado 15/09/2012)

[http://www.european-agency.org/publications/ereports/multicultural-diversity\\_and-special-needs-education/Multicultural-Diversity-PT.pdf](http://www.european-agency.org/publications/ereports/multicultural-diversity_and-special-needs-education/Multicultural-Diversity-PT.pdf)

### **Legislação consultada**

Despacho conjunto n.º 891/99, *Diário da República*, 2.ª série- N.º 244 19 de outubro de 1999

Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de Outubro

Despacho n.º 2735/2011; *Diário da República*,— N.º 27 — 8 de Fevereiro de 2011,

Recomendação n.º 3/2011, A Educação dos 0 aos 3 anos; *Diário da República*, 2.ª série — N.º 79 — 21 de Abril de 2011

## **INDICE DOS ANEXOS**

---

ANEXO I- Quadros descritivos do número de Equipas de IP

ANEXO II- Guião de entrevista

ANEXOIII- Quadros de análise de conteúdo e cruzamento de dados de todas as entrevistas

ANEXO I- QUADROS DESCRITIVOS DO NÚMERO DE EQUIPAS DE IP

## Quadros descritivos do número de Equipas de IP

Subcomissão de Coordenação Regional Norte	
Distrito	N ELIS
Bragança	3
Vila Real	3
Viseu	2
Aveiro	3
Braga	8
Porto	15
Viana do Castelo	3
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>

Subcomissão de Coordenação Regional Centro	
Distrito	N ELIS
Aveiro	8
Castelo Branco	4
Coimbra	11
Guarda	5
Leiria	6
Viseu	7
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>

Subcomissão de Coordenação Regional LVT	
Distrito	N ELIS
Leiria	3
Lisboa	15
Santarem	10
Setúbal	7
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>

Subcomissão de Coordenação Regional Alentejo	
Distrito	N ELIS
Beja	7
Évora	13
Portalegre	7
Setúbal	4
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>

Subcomissão de Coordenação Regional Algarve	
Distrito	N ELIS
Faro	5
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

	Nº ELIS
Subcomissão de Coordenação Regional Norte	37
Subcomissão de Coordenação Regional Centro	41
Subcomissão de Coordenação Regional LVT	35
Subcomissão de Coordenação Regional Alentejo	31
Subcomissão de Coordenação Regional Algarve	5
<b>TOTAL</b>	<b>149</b>

## ANEXO II- GUIÃO DE ENTREVISTA AOS DOCENTES

Este guião de entrevista foi aplicado a dez docentes, cinco em intervenção em contexto rural e cinco em meio urbano.

## Guião de Entrevista

**Tema:** Caraterização das famílias e práticas de IP em contexto rural e urbano.

### 1. Apresentação da entrevista

<b>Objetivos Gerais:</b>  a) Recolher os dados biográficos dos inquiridos;  b) Caraterizar das famílias atendidas pela equipa em contexto de meio rural e urbano  c) Caraterizar o tipo de problemáticas das crianças atendidas em meio rural/urbano;  d) Descrever algumas das práticas de IP e em que medida estas se adaptam às características da família e meio em que se inserem.  e) Analisar se as práticas implementadas são adequadas á legislação e ás recomendações para as práticas de qualidade, centradas na família.	<b>Objetivos específicos:</b>  Saber qual a idade, género e anos de serviço dos docentes na equipa;  Saber se o docente é ou não gestor de algum dos casos em que intervém.  Recolher informações sobre as famílias atendidas em meio rural e urbano quanto: Á sua estrutura; às suas habilitações; áreas profissionais; necessidades e recursos.  Identificar as maiores necessidades e forças destas famílias inseridas em diferentes contextos  Reconhecer e nomear os principais domínios de intervenção das equipas em meio rural e urbano;  Qual a frequência de intervenção dos profissionais com as crianças e família Identificar as práticas diferenciadoras utilizadas pelas equipas nos diferentes meios de intervenção  Conhecer a relação destes profissionais com as diferentes instituições da comunidade  Compreender se as equipas promovem uma participação dos pais e criam condições de integração na comunidade.
Entrevistados	10 Docentes inseridos em ELIS do distrito de Lisboa: 3 Mafra, 3 Oeiras, 2 Torres Vedras, 2 Amadora,
Entrevistador	Aluna do mestrado de IP da ESE de Lisboa
Meios de comunicação	Realizada de forma oral (gravada); Num espaço reservado (uma sala) no edifício escolar, ou sede das equipas; Momento - a definir com o entrevistado
Prazos de realização	Na última quinzena do mês de março de 2012 e primeira semana de Abril

## 2. Realização da entrevista

Temas			
	Objetivos	Questões	Observações
I - Dados biográficos	Recolher os dados biográficos dos inquiridos;	1.1- Sexo: masculino/feminino?	
		1.2- Idade?	
		1.3- Tempo de serviço?	
		1.4- Tempo de serviço na equipa?	
		1.5- É gestor de algum caso?	

Temas			
	Objetivos	Questões	Observações
II- Caracterização das crianças e famílias	Caraterizar as famílias atendidas pela equipa em contexto de meio rural e urbano	2.1-Habilitações das famílias	Número de famílias por nível, com referência ao elemento familiar com habilitações mais altas
		2.2- Áreas profissionais	Número de famílias por nível, com referência a pelo menos um dos elementos familiares
		2.3 -Tipo de estrutura familiar	Número de famílias
		2.4. Que tipo de problemáticas as crianças, apresentam em meio rural e urbano	<p>Risco Biológico:            Espetro do autismo            Atraso global de desenvolvimento            Problemas sensoriais (visão, Audição)            Problemas neuro sensoriais</p> <p>Risco Social:            Financeiro            Habitacional            Falta de apoios familiar formal</p>

		<p>2.5- Necessidades das famílias: Meio Rural/meio urbano</p>	<p>Alguns exemplos que os docentes poderão dar :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Condições habitacionais</li> <li>-Materiais /Financeiros</li> <li>-Rede de apoio formal</li> <li>-Rede de apoio informal</li> <li>-Comunidade/rede alargada</li> <li>-Clima familiar</li> <li>- -Informação sobre legislação e serviços.</li> <li>-Atitude e competências parentais</li> </ul>
		<p>2.6- Identifique quais considera serem as maiores forças e recursos das famílias:</p>	<p>Alguns exemplos que os docentes poderão dar :</p> <p>Condições habitacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Materiais /Financeiros</li> <li>-Rede de apoio formal</li> <li>-Rede de apoio informal</li> <li>-Comunidade/rede alargada</li> <li>-Clima familiar</li> <li>- -Informação sobre legislação e serviços.</li> <li>-Atitude e competências parentais</li> <li>-</li> </ul>

Temas			
	Objetivos	Questões	Observações
<b>III- Práticas de Intervenção das equipas</b>	<p>Caraterizar e Identificar as práticas das equipas</p> <p>Meio rural e Meio urbano</p>	<p>3.1- O domínio de intervenção da equipa é:</p>	<p>Educacional (educador) Terapia da fala Terapia ocupacional Psicologia Técnico de serviço social Enfermagem Fisioterapia Médico Outra (especifique)</p>
		<p>3.2 - Quais são os locais habituais de intervenção?</p>	<p>Em casa (pais, avós) Amas Jardim-de-infância/creche Alternadamente nos dois locais Sede da ELI Conforme as necessidades das famílias. Outros (especifique)</p>

		3.3- Com que frequência intervém com a criança?	Nº de sessões semanais de intervenção com as crianças
		3.4- Com que frequência tem encontros com a família?	Envolvência dos pais e participação nos programas.
		3.5- Nas sessões de intervenção direta com a criança participa algum dos prestadores de cuidados da criança?	Mãe; Pai; Educadora; Ama;
		3.6- Considera que as famílias são disponíveis e participativas?  3.6.1- Que iniciativas tomam para as envolver mais neste processo?	No caso de resposta negativa, saber das práticas para alterar esta situação
		3.7- A equipa de IP promove atividades de intercâmbio entre as famílias atendidas?  3.8- Que tipo de iniciativas?	Que iniciativas são criadas pelas equipas
		3.9- A ELI tem por norma procurar instituições e serviços locais que apoiem as famílias?  3.9.1 Que género de instituições?  3.9.1-Quem acha que beneficia mais dos serviços e instituições da comunidade.	Perceber se a equipa tem por norma adaptar a sua prática à realidade onde se encontram inseridas as famílias. As infraestruturas e instituições de apoio

**ANEXOIII- QUADROS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO E CRUZAMENTO DE  
DADOS DE TODAS AS ENTREVISTAS**

Estes quadros resultaram de uma análise de conteúdo das dez entrevistas e posterior cruzamento entre elas. Foram posteriormente agrupadas em dois universos, meio rural e urbano, criando categorias e subcategorias que levem a visionar as semelhanças e diferenças entre estas famílias e práticas. As unidades de registo retiradas das entrevistas confirmam a análise realizada.

## QUADROS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS AOS DOCENTES EM CONTEXTO URBANO

### 55 Famílias abrangidas:

#### I. Caracterização das famílias

Categories	Subcategorias	Indicadores	Unidades de registo
Habilitações literárias dos pais ou familiares próximos	1º Ciclo	Todas as famílias têm habilitações, Destas famílias 12 tem elementos com apenas o 1º ciclo ou habilitações baixas	D4 "Sim eventualmente será primeiro ciclo mas só um minuto. ainda tenho mais dois, um menino estrangeiro três (pausa) a Beatriz também uma escolaridade muito baixa quatro (pausa) e é só quatro com escolaridade muito baixa os pais
	Formação superior	21 destas famílias apoiadas tem um elemento com ensino superior.	D4 " ... o A, o pai é engenheiro, o D, a mãe é docente (...) a MF, ambos os pais são licenciados." D8 " ... portanto são 4 [casos] "
	2º Ciclo e secundário	A maioria dos elementos das famílias tem entre o 2º ciclo e secundário	D7 " a maioria destas famílias ... 5 ou 6 tem entre o 2º e 3º ciclo" D5 "(...)as outras famílias, 4 devem ter entre o sétimo e alguns o secundário."
Áreas profissionais dos pais	Desempregados	Existem 12 famílias com elementos desempregados Existe um casal em que os dois são desempregados Existem 3 mães domésticas Desempregados que recebem apoio do estado. 1 das mães está desempregada para acompanhar o filho	D4 <u>São três</u> (pausa) mais a mãe do T quatro é uma pessoa jovem também está desempregada quatro a mãe do A cinco a mãe o pai da Beatriz seis desempregados (pausa) e é só seis desempregados D9 <u>Exato</u> de formação profissional e a mãe está desempregada (pausa longa) tanto quanto eu saiba

Áreas profissionais dos pais	Empregados de comércio	Existem várias famílias a trabalhar em comércio, lojas e com baixos rendimentos	<p>D9 “tenho duas famílias a trabalhar em lojas e comércio”</p> <p>D4 “tenho uma mãe que trabalha no comércio mas ganha pouco, e acho que tem mais outra.”</p> <p>D5 “tenho duas ou três mães a trabalhar no comércio, com turnos”</p>
	Serviços pessoais e domésticos	Existem 7 destas famílias ligadas aos serviços pessoais e domésticos	<p>D4 “a mãe é empregada doméstica”</p> <p>D9 “o pai é dentista e a mãe é gerente de hotel”</p> <p>D5 “A mãe é manicura.”</p> <p>D8 “estes pais trabalham numa farmácia”</p> <p>D7 “tem uma empresa de remodelação e mudanças”</p>
	Serviços da administração pública	6 destas famílias foram assinaladas como estando integradas na função pública	<p>D8 “... esta família a mãe é professora, a mãe do M também é...”</p> <p>D9 “trabalha nas finanças”</p> <p>D7 “O pai é professor de ciências”</p> <p>D8 “... é engenheiro na camara”</p> <p>D5” a mãe trabalha numa IPSS”</p>
Estrutura familiar	Nuclear	43 Famílias são de estrutura nuclear	<p>D8”... são todas nucleares, só duas é que serão monoparentais “</p> <p>D7 “As dez são nucleares?</p>
	Mono parental Uma das famílias é pai e filho	Apenas 6 famílias são monoparentais	<p>D7 “o T também tem os pais separados”</p> <p>D9 “...tenho apenas duas que vivem com as mães”</p> <p>D4”tenho uma.. duas, uma vive com o pai”</p>

## II. Caracterização das crianças atendidas

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registro
Atraso global de desenvolvimento		11 das crianças apoiadas tem atrasos globais de desenvolvimento	D5 “e tenho dois com atraso no desenvolvimento” D7” ... seis atraso global do desenvolvimento tenho seis crianças.”
		Um caso de atraso de desenvolvimento que advém das condições sociais	D9 “Tenho um que tem atraso global de desenvolvimento e risco parental e social, falta estimulação”
		3 Crianças com falta de visão ou audição	“ ...que tenha problemas a nível de audição? D7 “... só uma a visão”
Problemáticas das crianças	Problemas neuro-sensoriais Problemas auditivos de visão e Linguagem	Uma criança com deficiência visual	D8 “tenho uma <b>deficiência visual</b> ”
		Uma criança com surdez	D4 “Uma surdez um comprometimento a nível da fala aqui também a nível da fala “
		Várias crianças usam prótese auditivas	D4 “Tenho muitas crianças com comportamentos na área auditiva com défices auditivos com próteses bilaterais
		4 Crianças com trissomia 21	D4 “tenho dois com <b>trissomia 2</b> ” D5 “ ...uma trissomia 21” “ <b>trissomia 21</b> ”
		Uma criança com síndrome de Down	D5 “ ...um síndrome de Down”
		Paralisia cerebral	6 Crianças têm paralisia cerebral

Problemáticas das crianças		Uma criança com problemas motores Uma criança com problemas de linguagem	D4" ...dois embora seja casos muito diferentes um tem a parte motora muito muito afetada o outro é a parte cognitiva e linguagem
	Perturbações do espectro do autismo	8 Crianças sofrem de perturbações do espectro de autismo	D4" ...tenho dois com autismo moderado" D8... " Sim (pausa) tenho um autista" D9" ...tenho dois autistas " D5 " há dois com espectro do autismo"
	Riscos sociais	Três crianças estão em risco social	"D7 Há uma em risco sim e há duas crianças que foram retiradas à família. Há uma terceira que já esteve retirada e que já voltou novamente para a família mas é acompanhada pela CPCJ"
		Um dos docentes de meio urbano não tem famílias com qualquer problema social	D5 "Não, tenho nenhum"
	Doenças genéticas	Falha no cromossoma 8	D5" ...com falha no cromossoma 8"

## II. Necessidades e recursos das famílias

Categories	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registo
Necessidades das famílias	Necessidades ao nível de informação sobre legislação e serviços	A grande parte das famílias tem necessidade de informação, sobre legislação e serviços	"D7 Olhe informação sobre legislação e serviços ..."que D8 " É ou mais de metade não fazem ideia da legislação que existe não fazem ideia do que têm direito não fazem ideia de nada muitas vezes somos nós que os informamos"
		No entanto dispõem de alguma informação sobre a problemática do filho.	D8 "existe uma ou outra família que já tem alguma informação sobre a doença"

	<p>Necessidade de maior eficácia e prontidão nos serviços Redes de apoio formal</p>	<p>O acesso é fácil quando os casos estão integrados na equipa, senão as consultas são demoradas presença da equipa</p>	<p>D7“como nós temos articulação com serviços com centro de saúde e com os hospitais tentamos que não demorem...”</p>
	<p>Necessidade do apoio de redes informais</p>	<p>A maioria dos casos não tem apoio da família alargada ou outros apoios informais.</p>	<p>“D9 Alguns também não têm apoio, porque as famílias avós trabalham e os amigos D9 Não, agora nem os vizinhos, mal se conhecem D4 “Em redes de apoio informal são os pais às vezes muito sós”</p>
	<p>Necessidades ao nível do apoio familiar, família alargada</p>	<p>Famílias das crianças apoiadas têm redes sociais pobres e estão muito sós.</p>	<p>D5“Estas dez famílias não têm apoio de familiares</p>
	<p>Necessidades ao nível das competências parentais</p>	<p>Necessidades ao nível do comportamento e atitude das famílias,</p>	<p>D9 “muito não sabem (pausa)na atitude e competências parentais”</p>
	<p>Necessidades financeiras</p>	<p>Algumas famílias tem necessidades financeiras, mas as que não podem pagar , recebem apoio dos técnicos das equipas que se deslocam às instituições</p>	<p>D8“Não podem pagar, recebem apoio dos técnicos das equipas que se deslocam às instituições, como é o caso da psicologia ou terapia da fala”.</p>
<p>Recursos das famílias</p>	<p>A proximidade dos recursos e serviços</p>	<p>As distâncias na zona de intervenção são curtas e existe concentração de serviços</p>	<p>D7 “Sim distâncias curtas na minha zona de intervenção facilitam a vida das famílias” D 9 “Sim proximidade”</p>

Recursos das famílias	A proximidade dos serviços de saúde	As famílias têm acesso fácil aos serviços com bons transportes e distâncias curtas	D7 "...distâncias curtas na minha zona de intervenção facilitam a vida das famílias e os transportes"
	Curtas distâncias de acesso aos serviços e fácil transporte		D9 "...na nossa zona tem muitos serviços e são perto, as famílias tem tudo perto... alguns vão é trabalhar para Lisboa."
	A Eli e os seus técnicos	Intervenção dos profissionais da equipa facilita acesso a serviços de saúde.	"... a gente consegue articular alguma permeabilidade para ir aos hospitais." D5 "... mais a parte da IP que procura mais outros serviços
	As instituições de educação que integram estas crianças	Os jardins-de-infância e creches são um recurso para estas famílias	D 9 "conversa um bocadinho esta equipa multidisciplinar e interdisciplinar um bocadinho mais a parte de intervenção precoce que procura mais os outros serviços existe essa abertura portanto isso é importante." D 4 "A favor destas famílias? Têm as instituições que têm os filhos integrados"

#### IV. Práticas de IP

Subcategorias	Indicadores	Unidades de registo
Intervenção no âmbito educativo	Todos estes casos têm apoio educacional por parte de um docente	D7 "[intervenção] é educacional, é o principal apoio destas crianças, que são os educadores do agrupamento que dão"
Intervenção educativa é articulada com outras terapias dentro e fora da equipa	A intervenção é coordenada com especialidades fora da equipa	D9 "(...)do educador, da terapia da fala, terapia ocupacional, psicologia, 2 serviço social (pausa) e fisioterapia e médico, não é só este...existem outros meninos que tem mais que uma terapia"
As famílias recorrem a apoios fora da equipa	As famílias fazem várias terapias fora da equipa, terapia da fala e consultas de desenvolvimento	D8 "(...)equipa porque há outros que têm fora da equipa, nos sinalizamos o problema mas não podemos dar resposta a todos"

	<p>A equipa articula com algumas instituições hospitalares para realizar as terapias</p>	<p>As famílias realizam consultas de desenvolvimento nos hospitais</p> <p>Terapia da fala ou fisioterapia</p>	<p>D4 “É educacional com articulação com terapias da fala através de um parceria com a a C... e da terapia ocupacional que não são muito”</p> <p>E Um caso a nível de fisioterapia? Algum deles recebe?</p> <p>D7 “Não nenhum dos meninos sim, sim um dos casos no Hospital de Santa Maria não da equipa”</p>
<p>Uma médica do centro de saúde faz parte da equipa</p>	<p>Uma médica do centro de saúde faz parte da equipa e articula todas as informações de saúde da criança com a equipa</p>	<p>Uma médica do centro de saúde faz parte da equipa e articula todas as informações de saúde da criança com a equipa</p>	<p>D9 É a Doutora A sim ela faz parte da ELI sim é deste centro.</p> <p>“(...)necessita com certeza de ir a uma consulta de desenvolvimento e é ela que encaminha o menino fala com entra em contacto com o médico de família e se o menino não tem um médico de família aqui a ELI através da Doutora A. arranja um médico de família”</p> <p>D7 Médico de família ou consulta de desenvolvimento</p>
<p>Terapia da fala e terapia ocupacional</p>	<p>Cerca de 10 casos recebem apoio de terapia de fala nas equipas , mas existe um a grande parte que recorre a serviços fora por a equipa por não ter técnicos nesta área</p> <p>A terapia ocupacional é outra das áreas de maior intervenção com as crianças.</p>	<p>Cerca de 10 casos recebem apoio de terapia de fala nas equipas , mas existe um a grande parte que recorre a serviços fora por a equipa por não ter técnicos nesta área</p> <p>A terapia ocupacional é outra das áreas de maior intervenção com as crianças.</p>	<p>D8 “Dos doze casos, só um é que recebe terapia da fala pela equipa porque há outros que têm fora da equipa, nos sinalizamos o problema mas não podemos dar resposta a todos</p> <p>D4 “Sim o Artur três o David iniciou para a parte da mastigação quatro a Maria Francisca não tem mas estamos a equacionar o Rodrigo cinco (pausa) o Tiago... seis , o A sete e a Beatriz precisa mas ainda não tem resposta</p>
<p>Há necessidade de mais respostas de apoio psicológico para os pais</p>	<p>Existe pouco apoio ao nível da psicologia e ao nível social Assim como nas competências parentais</p>	<p>Existe pouco apoio ao nível da psicologia e ao nível social Assim como nas competências parentais</p>	<p>D5 “O que eu sinto que os pais é que estão mais ou menos encaminhados mas ainda necessitam eventualmente de algum apoio porque já se começa a falar de algum apoio aos pais mas ainda é um bocadinho (pausa) insuficiente”</p>

				<p>D4 “A mãe do D faz neste momento faz para ela e para a criança a criança faz pedo psicologia para ela faz psicologia (pausa) é só mas eu julgo que havia aqui uma maior necessidade de resposta a estes pais às vezes um bocadinho desapolados... em termos de psicologia”</p>
<b>Local de intervenção</b>	<p>Intervenção na instituição: creche ou jardim-de-infância</p>	<p>Quase a totalidade das crianças recebem a intervenção em creche ou Jardim-de-infância, 50 crianças</p> <p>Os pais não participam nas intervenções</p> <p>A intervenção é feita na sala de aulas e tendo em conta as atividades da sala e opinião do educador</p>	<p>“D8 “Não... são todas em JI ou creche</p> <p>D7 “nós geralmente começamos às oito e meia ou às nove em alguns casos eu inicio às oito conforme pronto conforme é combinado com os pais e com o jardim-de-infância ou creche e os pais já estão a essa hora a caminho do emprego”</p>	<p>D4 “A mãe do D faz neste momento faz para ela e para a criança a criança faz pedo psicologia para ela faz psicologia (pausa) é só mas eu julgo que havia aqui uma maior necessidade de resposta a estes pais às vezes um bocadinho desapolados... em termos de psicologia”</p>
	<p>Intervenção domiciliária</p>	<p>Apenas 5 casos recebem a intervenção ao domicílio.</p>	<p>D7 “Faço um domicílio só</p> <p>D4 “tenho um domicílio”</p> <p>D5”...tenho um no domicílio</p> <p>D9 “Vou a duas crianças em casa”</p>	<p>D7 “Faço um domicílio só</p> <p>D4 “tenho um domicílio”</p> <p>D5”...tenho um no domicílio</p> <p>D9 “Vou a duas crianças em casa”</p>
<b>Participação/envolvimento das famílias nas intervenções no domicílio</b>	<p>As famílias são empenhadas e diretamente envolvidas</p>	<p>Nas visitas ao domicílio as famílias demonstram interesse</p> <p>No domicílio as pessoas cumprem e repetem as atividades à posteriori</p> <p>Uma família também interessada e colaborante mas considera a sua presença como uma influência negativa durante a visita do IP</p> <p>A educadora de IP incentiva o pai a participar nas sessões ao domicílio</p>	<p>D5 “Nos domicílios tenho uma avó muito colaborante e uma mãe há uma situação que mãe não participa mas faz depois à posterior as atividades”</p> <p>D8 “Mas são pessoas interessadas colaborantes e procuram... pronto fazer o prolongamento do trabalho”</p> <p>D4 “...essa menina tem uns pais interessados, quer ajudar muito...nesse caso quando os pais estão ela não faz nada”</p>	<p>D5 “...o pai não participa muita mas tenho tentado que ele esteja mais presente nas</p>

<p><b>Frequência da intervenção dos profissionais</b></p>	<p>A intervenção nas instituições decorre duas a três vezes por semana por criança, em sessões de 45 minutos</p>	<p>No meio urbano as sessões estão divididas em dois blocos de 45 m As duas equipas têm o mesmo número de sessões estipulado.</p>	<p><i>atividades que faço lá em casa.”</i> D9 “A mínima que nós fazemos são duas intervenções por semana cada uma de quarenta e cinco minutos por vezes (pausa) eu visito duas vezes a mesma instituição em módulos de quarenta e cinco minutos por vezes junto os dois quarenta e cinco minutos em noventa minutos” D4 “Duas a três vezes por semana (pausa) em sessões de quarenta e cinco minutos”</p>
<p><b>Promoção de redes sociais entre famílias apoiadas</b></p>	<p>Não têm sido promovidas redes de intercâmbio e grupos de pais. Os pais são informados apenas de alguma formação mais específica</p>	<p>A troca de entre ajuda entre os pais resume-se ás formações específicas, encaminhadas pelos técnicos de IP. Existem trocas pontuais e diálogos entre casos com a mesma problemática Nenhuma das equipas em meio urbano promove grupo de pais ou intercâmbio entre estes. Os técnicos de Ip reconhecem que estes grupos de pais devia ser mais trabalhado e são importantes para os pais. Não existe grande abertura na equipa para a realização de grupos de pais.</p>	<p>“Não é essa parte que eu sinto que a equipa tem de facto trabalhar mais. Eu promovo tudo o que é tem a ver com (pausa) formações que são vocacionadas para famílias encaminho os mails mas não senti muito abertura na equipa para grupos de pais. os pais em rede é uma questão que eu já dei a algumas famílias já colaboraram mas não sinto de facto essa parte ainda trabalhada a cem por cento acho que é (pausa) é o maior handicap” D5 “É assim, eu tenho dois meninos com autismo e agora coloquei os pais em contacto um com o outro para tirem dúvidas questões que estão os dois vão entrar no primeiro ciclo eles têm algumas questões assim eu acho que é importante eles trocarem ideias E Mas em geral a equipa não promove por exemplo encontros entre eles? D5 Não não” D8 Nós não temos tido a oportunidade de fazer... nós educação não fazemos,</p>
<p>Existem reuniões formais</p>	<p>Os técnicos da equipa encontram-se formalmente 3 vezes por ano Quando á necessidade as famílias são</p>	<p>Os técnicos da equipa encontram-se formalmente 3 vezes por ano Quando á necessidade as famílias são</p>	<p>D5 “Sim é uma vez por mês (pausa) há casos que eu falo todas as semanas os pais também ligam para saber.” D4 “Regra geral? Pelo menos uma vez por mês”</p>

<p><b>A frequência de contato com as famílias</b></p>	<p>Encontros informais</p> <p>Os pais são parceiros na elaboração dos Planos individuais</p>	<p>contatadas</p> <p>Os docentes /técnicos tem encontros informais com as famílias nas instituições onde estão integradas as crianças, nas entradas e saídas.</p> <p>Os contatos são muitas vezes por correio electrónico.</p>	<p>D7 “Nós temos as reuniões periódicas e depois sempre que seja necessário... Temos sempre no início do ano pronto depois temos a meio do ano e depois no final do ano pelo menos pelo menos três vezes por ano e depois com a frequência que nós achamos conforme as necessidades”</p> <p>D8 “Nós temos três reuniões no mínimo por ano três por ano depois contacto com a família isso é muito suscetível do horário que nós damos à criança”</p> <p>D8 Que para os pais estes são encontros muito mais importantes que as reuniões”</p> <p>D9 “Não não não geralmente é feito uma trimestralmente (pausa) nas épocas normais Natal Pascoa e fim de ano ou então quando nós necessitamos de alterar alguma coisa”</p>
<p><b>Mobilização de serviços para apoio às famílias</b></p>	<p>Informação direta aos pais</p> <p>Equipa mobiliza organizações fora do concelho para responder às necessidades das crianças e suas famílias.</p> <p>Só um dos casos acompanhados tem PEA e beneficia desta parceria</p>	<p>A equipa recomenda as associações locais</p> <p>A equipa procura essencialmente as instituições com as quais tem parcerias.</p> <p>Os pais é que procuram atividades extra para as crianças</p> <p>Os pais vão a instituições do concelho.</p>	<p>D9 Sim recomendar isso aos pais quanto mais perto da casa for dos pais mais eu sei que vou ter sucesso</p> <p>E Mas só através dessas parcerias? Por exemplo associações que estejam ligadas aos pais? Não são procuradas?</p> <p>D7 Se houver essa necessidade</p> <p>D8 e depois há algumas crianças que têm atividades fora e aí que seja de apoios acrescidos ou seja de atividades lúdicas isso são os pais que procuram</p>

## QUADROS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS AOS DOCENTES EM CONTEXTO RURAL

### 33 Famílias abrangidas:

#### I. Caracterização das famílias

Categories	Subcategorias	Indicadores	Unidades de registo
Habilitações literárias dos pais ou familiares próximos	Famílias com habilitações baixas	Existem dois casos de elementos de famílias sem habilitação E um caso em que os dois elementos não tem habilitação 8 destas Família tem 1º ciclo	"D10 <i>Existe uma família, nem pai nem mãe sabe.</i> "
	2º e 3º ciclo	A grande maioria tem habilitações entre o 2 e 3º ciclo.	D3 " <i>...no segundo ciclo (pausa) ok a maioria, então pronto, temos cinco famílias.</i> "
Áreas profissionais dos pais	Ensino secundário e Formação superior	Apenas 6 destas famílias tem elementos com ensino superior	D6 <i>Licenciatura sim... uma, sim apenas uma.</i> D10 " <i>o pai é licenciado, a mãe não é...</i> "
	Desempregados	Seis famílias têm desempregados e dois casos são o casal	D1 " <i>(...) existe uma família com rendimento de inserção e uma em que estão os dois desempregados</i> "
	Domésticas	3 Mães são domésticas e tratam dos filhos	D2 " <i>...Então só no meio rural é que tem mães domésticas?</i> "
	Subsídios do estado	2 Famílias recebem o RSI e outras 2 recebem outros subsídios.	D10 " <i>... mãe é que é trabalhadora por conta própria que é cabeleireira.</i> "
	Empregados por conta própria	8 São empregados por conta própria sendo que três casos vivem da agricultura.	D6- " <i>tenho uma família que está</i> D2 " <i>...outro também é trabalhador por conta própria não sei ele tem uma empresa mesmo de pintura (pausa) é rural também (pausa).</i> "

			Existem 4 famílias que trabalham em indústria e serviços administrativos e comércio e 3 trabalham em segurança. Quatro trabalham em pequenas empresas de contabilidade e lojas	D 1“E os pais também trabalham na área da segurança por coincidência tenho 3 pais que trabalham na área da segurança” D3 “tenho uma mãe, duas que trabalham em lojas (...) um pai trabalha numa loja de contabilidade”
	Serviços e administração pública		3 Famílias estão nos serviços e administração pública	D3 “tenho um pai que é professor... e outro que trabalha nos correios” D10 “tenho uma mãe que é auxiliar no posto de saúde”
	Nuclear		A grande maioria das famílias (21 são nucleares)	E- ...“quantas famílias são monoparentais? D6 Não tem nenhuma
<b>Estrutura familiar</b>	Mono parental		4 Famílias são monoparentais sendo que uma a criança vive com o pai e outro caso que vive com o avô.	D2 Mas deixe estar porque entretanto a do Igor também só vi a mãe, duas ... “A R vive com a avó (...) não tem mãe nem pai.”
	Famílias alargadas		5 destas famílias vivem em contexto de famílias alargadas com avós ou tios	D3 – (pausa) pai, mãe, irmãos, só temos aqui uma ...e duas famílias que incluem avós” D1- (pausa) 2 são alargadas (pausa) mãe, pai, irmão avós, família alargada. E outra família alargada é a outra situação, porque são os avós que tomam conta do neto portanto que têm a custódia D10- Sim existe um caso que partilham habitação, numa freguesia ... e vários no meio rural que as avós é que ficam com as crianças.

## II. Caracterização das crianças atendidas

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registro
<p><b>Problemáticas das crianças</b></p>		<p>5 Destas crianças tem problemas globais de desenvolvimento</p> <p>Todos os oito casos que o docente dá apoio são atraso de desenvolvimento</p>	<p>D6 <i>sim , cinco meninos com atraso de desenvolvimento”</i></p> <p>D10 <i>“ora são todos com problemas de atraso global de desenvolvimento.”</i></p>
	<p>Atraso global de desenvolvimento</p>	<p>Duas crianças são atrasos graves no desenvolvimento</p>	<p>D2” <i>...os outros dois são atrasos graves no desenvolvimento”</i></p>
		<p>Alguns dos casos não tem diagnóstico bem definido.</p>	<p>D10 <i>“Tenho um atraso que é mais grave ainda nem se sabe bem o que é... o que a criança tem”</i>(pausa)</p>
		<p>Um atraso de desenvolvimento ligeiro</p>	<p>D10“(...)tenho outro caso que há atraso de desenvolvimento mas é muito ligeiro, mas precisa de estimulação”</p>
		<p>O atraso de desenvolvimento está associado aos problemas sociais</p>	<p>D1 <i>“sim e o atraso global de desenvolvimento é um dos casos sociais onde a família é desorganizada e não cria grandes experiências á criança, são muitos fechados</i></p>
	<p>Problemas de linguagem e comunicação</p>	<p>Existem 4 crianças com atraso na fala e comunicação.</p>	<p>D1 <i>“A B tem atraso de desenvolvimento... atraso na fala e é tímida”</i></p> <p>D2” <i>...duas estão na terapia da fala”</i></p> <p>D3 <i>“ ... tem dificuldades em articular.”</i></p>

				D3 "problemas neurológicos, problemas visuais e auditivos"
			Apenas duas crianças têm problemas de visão ou auditivos	D6... "síndrome de Down"
Problemas neuro-sensoriais, auditivos e de visão e linguagem	Problemas cognitivos		Uma das crianças tem trissomia 21	D6 (pausa) tenho uma paralisia cerebral "paralisia cerebral"
	Paralisia cerebral		7 Crianças têm paralisia	D10 " um com paralisia cerebral, não vê nem ouve,
	Perturbações do espectro do autismo		4 crianças com autismo ou espectro de autismo	D10 " ..) tenho três autistas "
			Uma das crianças não tem ainda diagnóstico definido	D2 " é outro autismo não está ainda completamente, completamente diagnosticado "
	Riscos sociais		3 Casos no meio rural têm apoio social	D1 "... "risco social sim tem 2 casos com risco social"

### III. Necessidades e recursos das famílias

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registro
<b>Necessidades das famílias</b>	Necessidades ao nível de informação sobre legislação e serviços	As famílias de meio rural têm maiores necessidades de informação	Neste caso as necessidades, as carências que eles têm quem é que tem mais carências de informação”
	Necessidades de informação sobre a problemática da criança	As necessidades estão essencialmente relacionadas com as crianças e a sua problemática	D3 “portanto as necessidades de todas esta famílias prendem-se especificamente com as crianças (pausa)
	As famílias necessitam de mais serviços e instituições locais	A maioria dos serviços estão no meio urbano e tem a necessidade de utilizar transportes constantemente.	D10“(..)tem que se deslocar para a cidade...às vezes nos transportes públicos, nem sempre há... sabe é onde estão os serviços ...”
	Necessidade de apoio financeiro para as consultas de especialidade.	Algumas famílias de meio rural evitam gastar dinheiro nos serviços de saúde	D2 “...a grande maioria destas crianças precisam de apoios terapêuticos sempre e às vezes evitam certas consultas (pausa), mesmo que só tenham que pagar o transporte”
	Necessidades ao nível das competências parentais	Os pais necessitam de apoio e formação ao nível das competências parentais.	D6 “Quer que lhe diga precisam de desenvolver as competências parentais e a forma como agem com os filhos.”
	Necessidades financeiras	Algumas famílias têm carências financeiras  Dois dos casos têm necessidades ao nível habitacional e financeiro	D6 “Alguns têm problema em termos de acesso aos serviços? Existe também uma ou duas famílias com necessidades financeiras.” D3 “ essa família que falei tem dificuldades e estamos a ver se a alojamos numa casa da camara.” D2 “tenho uma família que é grande tem, muitos filhos e precisa de uma casa maior e tem dificuldades”

				<p>D3-“A Família da R..., tem necessidade de algum apoio mais técnico e relacionado com os equipamentos que ela começa a usar, como é o stand frame” (...) “ quem</p> <p>D2- “...paralisa e necessita de muita ajuda, até para saber como segurar no colo, e para estimular os sentidos... as mãos, era necessário que a fisioterapia ajuda-se mais e explica-se a mim e á mãe.”</p> <p>D1 – e a família alargada também é uma força, nestes meios rurais”</p> <p>D10“(...)e tem o apoio dos familiares que ajudam muito... o clima familiar é bom nestas famílias”</p> <p>D1“o clima familiar é bom nestas famílias”</p> <p>D1- “são os serviços, sim os serviços que lhe dão assistência, na comunidade”</p> <p>D6- “estas famílias tem muito apoio da família e das pessoas das freguesias, ás vezes são os vizinhos que vão buscar as crianças á creche..”</p> <p>D10-“os vizinhos e amigos ficam ás vezes com os meninos e ajudam muito estas famílias,”</p>
	<p>As famílias precisam de apoio técnico para utilizar melhor equipamentos que usam com as crianças.</p> <p>Necessidade de apoio especializado sobre a estimulação da criança</p>			
<p>Necessidade de apoio técnico Relacionado com equipamentos</p> <p>Necessidade de maior apoio de especialistas da equipa.</p>				
	<p>As famílias alargadas em meio rural são para todos os técnicos de IP uma grande força</p> <p>As famílias alargadas em meio rural são para todos os técnicos de IP uma grande força</p>			
	<p>O clima familiar</p> <p>As famílias tem um bom clima famílias que á uma força</p>			
	<p>A comunidade envolvente</p> <p>A comunidade também é um recurso no meio rural, os vizinhos e as pessoas do meio</p>			
<b>Recursos das famílias</b>				

## V. Práticas de IP

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de registro
<b>Intervenção do IP</b>	Intervenção no âmbito educativo	Todos os casos tem apoio ao nível educacional feito por um docente	D1 “...em todos os meus casos todos ele beneficiam da parte educacional portanto (pausa) sou eu que sou vou realmente lá.”
	Intervenção educativa é articulada com outras terapias dentro e fora da equipa	Muitos casos recebem intervenção nas áreas das terapias ocupacional e terapia da fala em simultâneo	D3 – muitos a terapia da fala, educacional (pausa) E – São áreas que D3 – São e a terapia ocupacional também”  D1 “do educador, da terapia da fala, terapia ocupacional, psicologia, 2 serviço social, (pausa) e fisioterapia e médico.”
	Terapia da fala	No meio rural a área de intervenção mais utilizada é a terapia da fala	D2 “No meio rural a terapia da fala são vários (pausa) e TO terapia ocupacional (pausa)” D10 “... tenho dois, três com terapia da fala”
	Psicologia	A área da psicologia é utilizada em muitas das famílias atendidas	D1 “A psicologia tem sempre quando existe necessidade de alguma avaliação mais pormenorizada portanto a psicologia está sempre por trás serve sempre de suporte aquilo que for necessário...”
	Médicos	Intervenção médica ao nível da hidrocefalia e problemas neurológicos	D3... “Muitas situações de intervenção médica são as hidrocefalias e os problemas neurológicos”
			D6 “Eu fui no início do diagnóstico a uma consulta de desenvolvimento e foi aí que tive algum contato com o médico” D10 “as enfermeiras já foram a reuniões mas poucas vezes e os médicos enviam os relatórios mas não costumam estar...”

	Famílias apoiadas ao nível social	Três famílias apoiadas ao nível social	D1 “...do educador, da terapia da fala, terapia ocupacional, psicologia, 2 serviço social, assistentes sociais.(pausa) e fisioterapia e médico.”
<b>Local de intervenção</b>	Intervenção na instituição: creche ou jardim-de-infância	23 Crianças recebem apoio na creche ou jardim	D2 “As intervenções são na creche e no Jardim de Infância
	Domicílios	9 Casos de domicílio Todos os docentes em meio rural fazem domicílios.	D10 tenho dois casos no domicílio em que está a avó e outro a mãe... estão sempre?”
	Intervenção numa fundação - lar de acolhimento	1 caso é feita a intervenção em lar	D1 “ ... vou ao lar de acolhimento”
<b>Participação/envolvimento das famílias nas intervenções no domicílio</b>	As famílias são empenhadas e diretamente envolvidas	São famílias empenhadas e diretamente envolvidas	D 6“ ... as famílias ajudam muito quando vamos a casa.”
	As famílias não participam nas sessões realizadas nas instituições	3 das famílias em meio rural Participam nas sessões Por vezes estão as avós no domicílio	D3“Os pais não participam... mas às vezes encontramos-nos quando vão deixar as crianças na creche”
	As famílias não participam nas sessões realizadas nas instituições	Nas instituições não participam mas existem encontros informais	D6“(...) no domicílio eu tenho ensinado uma mãe a estimular o seu menino... e até deixei lá alguns brinquedos que a equipa tem na sede”
<b>Frequência da intervenção dos profissionais</b>	A intervenção nas instituições decorre apenas uma vez por semana	A intervenção ocorre apenas uma vez por semana mas num período mais longo	“Mediante as muitas crianças que temos, apenas uma vez por semana e pronto dependendo da carga horária mas normalmente fazemos um vez por semana” D2 “Tem a ver com a problemática as maiores horas, a maior carga horária que é dada tem a ver com a problemática isso depois é tudo visto e decidido em equipa

<p><b>Frequência da intervenção dos profissionais</b></p>		<p>A frequência é sempre conforme a problemática da criança</p>	<p>...”</p> <p>D6”Tenho casos de uma vez e tenho casos de duas vezes, umas vezes levo mais tempo com os pais, sobretudo no domicílio.</p> <p>D10- Tenho quatro casos que estou duas vezes por semana os outros é duas</p>
	<p>Existem casos duas vezes por semana</p>	<p>O contexto não é tido em conta</p> <p>No domicílio as sessões também tem maior duração</p>	<p>D2 Adaptamos dependendo da problemática da criança adaptamos porque é assim se a família de meio rural se a criança depois de uma avaliação feita se acharmos que ela beneficiará de mais tempo connosco nós atribuímos mais tempo mas pronto tudo isto é visto conforme a problemática da criança</p> <p>D1- 2 vezes por semana, mas quando vamos a casa às vezes demoramos mais tempo.</p>
<p><b>Promoção de redes sociais entre famílias apoiadas</b></p>	<p>Não têm sido promovidas redes de intercâmbio e grupos de pais.</p>	<p>A Equipa não promove atividades de intercâmbio entre as famílias Nem existem grupos de pais</p>	<p>D2 Pensamos nisso estamos a pensar nisso mas não não , não levamos ainda nada à (15:52m) mas estamos a pensar nisso</p>
<p><b>A frequência de contato com as famílias</b></p>	<p>Encontros informais</p>	<p>Nas instituições desenvolvem-se encontros informais</p>	<p>D2- “Acho que é só quando há necessidade (pausa) depois há aqueles pais que até vão ao jardim quase diariamente e sempre que nós lá estamos acabamos sempre por conversar”</p>

<p><b>A frequência de contato com as famílias</b></p>	<p>Os pais participam em atividades na escola mas não nas sessões diretas com as crianças</p>	<p>D3 “Participam quando são chamados às vezes para uma atividade mais pormenorizada como é o caso às vezes dos dias dos pais ou isso sim são chamados à escola à uma das instituições que promove mesmo a família na e isto em meio rural promove mesmo idas da família à instituição família neste caso os pais e as mães porque estão a tratar das crianças</p>
	<p>Os pais são parceiros na elaboração dos Planos individuais</p>	<p>D6 “ encontramos-nos com os pais no início para fazer o PIAF”</p>
	<p>Realizam-se reuniões formais uma a duas vezes por ano com as famílias</p>	<p>D1 - (pausa) é conforme... conforme as necessidades das famílias mas normalmente fazemos a avaliação uma vez por mês com as famílias</p>
<p><b>Mobilização de serviços para apoio às famílias</b></p>	<p>As famílias de meio rural têm menos infraestruturas de apoio e mais longe e tem de se deslocar.</p>	<p>“D3 – Sim por isso muita da intervenção é feita nas creches e nos jardins ou mesmo em domicílios”</p>
	<p>As famílias de meio rural procuram mais apoios nas instituições e domicílios para evitar as deslocações das famílias de meio rural</p>	<p>D9 “...por exemplo se tiver uma piscina por perto se houver um ginásio se houver uma biblioteca e não sei quê... obviamente se eu recomendar às pessoas no concelho de Oeiras e que seja perto irem aqui ou irem ali...”</p>
	<p>A Equipa sempre que necessário encaminha as famílias para instituições da comunidade</p>	<p>A Equipa sempre que necessário encaminha as famílias para instituições da comunidade</p>
	<p>As famílias de meio rural procuram instituições mais próximas, localmente, e os seus benefícios</p>	<p>D2 “... todas estas famílias, tem instituições que as apoiam”</p>